

Faculdade de Arquitectura
Universidade do Porto
2019

Permanência e identidade

Habitar no centro do Porto

Bárbara Moreira Rato de Sousa Roque

Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentado
à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientador:
Professor Doutor Helder Francisco Valente Casal Ribeiro

Nota prévia. As citações de língua estrangeira presentes no corpo do texto foram sujeitas a uma tradução livre por parte da autora para uma leitura mais fluída. As imagens produzidas que acompanham a apresentação da proposta projetual pretendem ser apenas uma sugestão da materialização da proposta e não uma aproximação irrepreensível à realidade.

Sumário

Agradecimentos	5
Abstract	6
Resumo	7
Introdução	11
Cidade e Circunstância	15
Permanência e Identidade	19
19 O sentido do Comum	
25 O sentido do Lugar	
37 O sentido do Tempo	
Em busca de uma Casa Comum	51
Habitar no centro do Porto [Considerações Finais]	85
Referências bibliográficas	89
Lista de imagens	91

Agradecimentos

Ao professor Helder Casal Ribeiro pela orientação, pela disponibilidade, pela partilha e motivação que tanto me fizeram crescer.

Aos meus pais e a minha irmã, por contribuírem sempre para a minha plenitude, equilíbrio e felicidade; por todo o amor e pelo apoio; pela confiança e por me incentivarem sempre a ir mais longe e a acreditar nas minhas capacidades;

À avó Ana e ao avô Miguel, pelo carinho e por me mimarem tanto;

Ao Jakob pelas conversas intermináveis; pela inspiração e motivação; pelo amor, pelo apoio e pela paciência sem limites para me aturar;

À Maria, pela amizade, pelas viagens e por todos os momentos que passamos juntas nestes 6 anos; pela sua loucura e por me fazer sair da terra dos comuns mortais;

À Daniela, pelos mimos, pelas conversas e por me acalmar em momentos de stress;

À Mafalda, e às suas viúvas, pelas conversas ao jantar e por me entusiasmar a conhecer uma outra face do Porto que se vai perdendo no tempo;

Abstract

Faced with the babel of languages and faces that presently enliven the streets of downtown Porto, the aim here is to understand the impact that the growing influx of people has on the city and to discuss how can architecture react to this new reality.

Believing that a local dimension and the proximity between inhabitants are fundamental for a prospective development of the city, the challenge and the pertinence of this dissertation arise as a rehearsal of new housing lexicons that contemplate different possibilities of permanence as a possible solution to counteract the growing separation between “the ones from here” and “the ones from outside” and, simultaneously, try to propose answers to the housing problems emerging in the city.

Resumo

Perante a babel de línguas e feições que hoje animam as ruas da baixa portuense, procura-se compreender o impacto da crescente afluência de pessoas na cidade e de que modo pode a arquitetura reagir a esta nova realidade.

Defendendo uma dimensão local e a proximidade entre os habitantes como fundamentais para um desenvolvimento prospectivo da cidade, o desafio e a pertinência desta dissertação vêm no sentido de ensaiar novos léxicos habitacionais que contemplem diferentes possibilidades de permanência como uma possível solução para contrariar o distanciamento que se vem a acentuar entre “os de cá” e “os de fora” e, simultaneamente, tentar propor respostas para os problemas de habitação emergentes na cidade.

¹ CASTELLS, Manuel; *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010. p.440-441

“O espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que as nossas sociedades estão a sofrer uma transformação estrutural, é uma hipótese razoável sugerir que estão actualmente a surgir novas formas e processos espaciais.”¹



ii

Introdução

O Porto é hoje “casa” de uma multitude de gentes. Errantes uns, sedentários outros, há os que são de cá e os que por cá andam, e há outros ainda, de espécie mais fugaz, que simplesmente por cá passam.

Falamos de estudantes, investigadores, imigrantes, turistas e outras pessoas que, em diferentes escalas de transitoriedade, habitam actualmente a cidade juntamente com a população permanente. No entanto, o carácter transitório e a superficialidade e anonimato das relações que os habitantes flutuantes estabelecem com o espaço, tende a contrastar com a vida quotidiana, permanente e integrada nos costumes, na língua e na geografia do lugar dos residentes. Lentamente, os habitantes desta “casa” começam a afastar-se entre si na medida em que as suas necessidades e modos de habitar se revelam incompatíveis ou antagónicos.

A presente dissertação parte de uma vontade de ensaiar uma estrutura mediadora entre as dinâmicas locais e globais, onde autóctones e alóctones possam partilhar o espaço quotidiano em comunhão temporária ou permanente. Porque se de facto as cidades são a expressão da sua sociedade ¹ e se estes habitantes flutuantes são já uma constante, isso significa que, a par dos residentes, são também agentes ativos no permanente processo de construção da cidade.

Considera-se portanto urgente equacionar as repercussões destes fluxos na urbanidade física e social do Porto e pensar de que modo se podem ensaiar soluções que promovam uma integração e interação de todos os habitantes da cidade, para que a “Casa” se torne uma “Casa Comum”.

Tomando a metáfora de Nuno Portas -“*Antes de receitar/ Identificar a doença/ E entender o que a provoca.*” ² - estruturou-se a presente dissertação em três fases: identificação da problemática a que se pretende dar resposta; reunião de elementos que permitam um [re]conhecimento do espaço de projeto e, numa componente mais prática, proposta de uma solução projetual.

Considerando esta lógica, no primeiro capítulo é feito um enquadramento temático, enquanto despertador para o problema que se vem a desenvolver no contexto portuense. Pretende-se delinear as principais inquietações que configuram o espaço da investigação.

Feita uma primeira aproximação ao tema, procura-se depois agrupar uma “caixa de ferramentas” que suporte o desenvolvimento da fase projetual.

Na tentativa de construir um olhar crítico, informador e legitimador de opções futuras, no segundo capítulo propõe-se olhar para outros exemplos de modo a dar espessura ao projeto-investigação. Interessa, a este respeito, perceber a coerência e adequação de diferentes experiências e o sucesso de intervenções que, perante a problemática de acesso à habitação, tenham explorado métodos alternativos de transposição e de adaptação dos projetos a

¹ CASTELLS, Manuel; *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010. p.440-441

² PORTAS, Nuno; *Os tempos das formas*. Guimarães: DAAUM, 2012. p.158.



i2

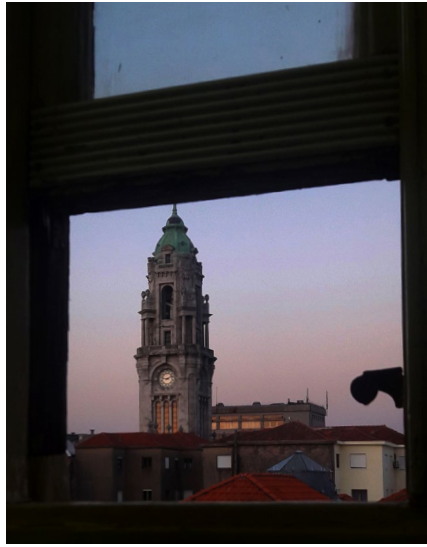
novas circunstâncias habitacionais. Neste processo, destacam-se edifícios que promovam um sentido de comunidade e de coesão social através de diferentes experimentações morfo-tipológicas.

O terceiro capítulo reflete a necessidade de desenvolver este projeto-investigação como expressão e em reacção a um contexto real. Neste sentido, após um primeiro processo de aproximação e escolha de um terreno, importa ler e comunicar a área de estudo. Em sucessivas tentativas de aproximação, cruzando, sobrepondo e relacionando as diferentes esferas que compõem o lugar, começam a ser esboçados possíveis caminhos e preocupações às quais se pretende dar resposta no projeto.

O entendimento do lugar passa também por um breve percorrer da história da cidade, incidindo no processo de desenvolvimento das duas dimensões antagonicas que se sobrepõem e se cruzam no terreno escolhido para intervenção. Desenvolve-se o texto em dois momentos, um primeiro de consciencialização da estrutura e da atmosfera que ditou os primeiros momentos da urbanização deste território e definiu o carácter industrial do Bairro da Fontinha; seguido de uma revisita ao contexto que levou à construção das “grandes barreiras físicas”, que limitaram e estagnaram o terreno numa condição de hermetismo em relação à área circundante.

Por fim, desenvolve-se uma ideia de intervenção e uma proposta de projecto como resultado das problemáticas anteriormente abordadas. Encara-se esta fase como uma montagem, como a armação de um percurso de reconhecimento que pretende uma consciencialização e um compromisso activo em relação às repercussões que um edifício tem na transformação do espaço em que se insere.

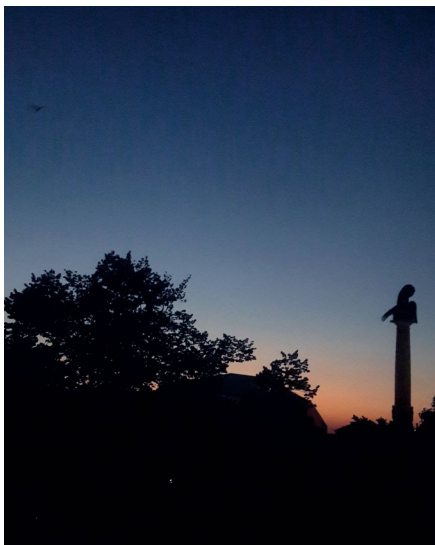
O projeto pretende ser uma peça que articula as problemáticas locais da Fontinha em função dos novos fluxos globais emergentes na cidade, como um ensaio para um novo método de intervenção urbana, que não procura estabelecer um modelo específico mas sim desenvolver um conceito provocador de acções e de experimentações futuras que valorizem a noção de espaço partilhado e as relações humanas como fundações da construção da “Casa Comum” que deve ser a cidade.



i1



i2



i3

Cidade e Circunstância

Quando nos anos 80 se começou a generalizar em Portugal o movimento do retorno ao centro das cidades, como resultado de políticas de requalificação dos centros históricos ¹, iniciava-se também um processo a que David Harvey se refere como “*a back-to-city movement all right, but a back to the city movement by capital rather than people.*” ²

No caso do Porto, este dinamismo foi encontrar os resultados de um longo processo de perda e envelhecimento da população residente no centro histórico, claramente visíveis na desvalorização e degradação do edificado. Isto propiciou uma oportunidade de investimento ideal, considerando que o valor real dos imóveis, em estado de ruína, era significativamente reduzido em relação ao seu valor potencial, lido na perspectiva de reabilitação de um património inserido numa área histórica em regeneração e cuja excepcionalidade tinha entretanto sido reconhecida por parte da UNESCO [1996] e da União Europeia [2001] ³.

O “*ciclo vicioso de ruína transformou-se num ciclo virtuoso de negócio*”⁴. As zonas antes votadas ao abandono voltaram a ter um papel preponderante na dinamização da cidade, os edifícios devolutos foram lentamente reabilitados e os espaços públicos estruturados e valorizados. O Porto, o seu património e a sua cultura, até então relativamente afastados dos processos de globalização, tinham agora uma nova cara, atrativa e pronta para se lançar na esfera internacional.

Com a crise de 2008, o mercado fica volátil face à instabilidade financeira da população portuguesa, e como forma de contornar a recessão são desenvolvidas políticas de promoção do investimento estrangeiro e do Turismo de Portugal que evidenciaram resultados a curto prazo. Batendo recordes ano após ano desde 2013, “*o turismo passou de actividade económica residual, a “motor económico” da cidade do Porto*”⁵, e o mercado imobiliário, até aí estagnado pela recessão da crise, disparou, sendo Portugal o 5º país do mundo onde se registou uma subida mais acentuada do valor do imobiliário no último ano ⁶.

Reflexo do crescimento económico da cidade, parece existir uma tendência para contabilizar os lucros do setor imobiliário ou as receitas do turismo como factores representativos e satisfatórios por si só, mas dificilmente se contabilizam os prejuízos sociais e identitários que estes processos têm provocado no Porto. O problema é que muitas das intervenções que decorreram foram entendidas como investimento e não como acções com o objetivo de criar infraestruturas que promovessem habitação, relações de proximidade e vivência urbana no Centro da Cidade.

Descomprometendo-se de um sentido de coesão social e de inclusão da população residente, o espaço urbano deixa de ser reflexo da vida comum e passa a ser pensado numa lógica de mercado, visando apenas públicos

¹ DOMINGUES, Álvaro. *Turismo on FIRE* em Electra Nº3, Setembro 2018. p.46

² SMITH, Neil. *The New Urban Frontier - Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge, 1996. p.67

³ Capital Europeia da Cultura 2001

⁴ DOMINGUES, Álvaro. *Património: a construção do comum em Porto património mundial: 20 Anos, 20 Imagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016. p.27

⁵ GILMAN, Rui. *Tornos. Uma escatologia Turístico-Patrimonial*. em Punkto, ed #5 Inverno - Charlie Hebdo, 2015.

⁶ Dados do Fundo Monetário Internacional, Dezembro 2018



i1 Torre da Câmara Municipal

i2 Muralha Fernandina | Ponte D. Luís I

i3 Casa da Musica | Praça Mouzinho de Albuquerque

passíveis de trazer capitais e investimentos para a cidade.

—

*“[...] mudaram as prioridades [...] e mudou também o regime de visibilidade do Centro Histórico, agora uma espécie de galinha de ovos de ouro para o empreendedorismo e para as cidades criativas e inteligentes de toda a espécie, com muita hotelaria, restauração, concept stores e outras estetizações da actividade comercial, passeios de barco, helicóptero e de tuk-tuk, espetáculos, acontecimentos e muita festa. Perante tal energia, a espiral inflacionista das rendas e dos preços parece não ter fim à vista [...]”*⁸

—

Não se trata de [re]editar um discurso anticapitalista ou de condenação do turismo porque, em rigor, a cidade retirou grandes benefícios destas dinâmicas emergentes, mas argumenta-se, ainda assim, que o processo de promoção e capitalização da cidade, tem tido repercussões igualmente devastadoras.

O aumento da procura por investidores internacionais produziu uma inflação dos preços e do custo de vida que grande parte da população residente não tem capacidade de comportar, tendo como efeito a exclusão dos residentes da sua própria cidade, ou pelo menos do centro histórico que foi inicialmente reabilitado e valorizado com a intenção de restituir um Centro - entendido como força centrípeta e referencial simbólico da população - à cidade que se fragmentava em núcleos de desenvolvimento periféricos.

A possível exclusão da população é contraditória e especialmente nociva para o desenvolvimento da cidade, porque resulta numa potencial descaracterização social, numa iconização do património e da cultura portuense e numa conseqüente alienação e desapego por parte da população local. Ou seja, estamos perante mutações urbanas que têm sido globalmente empobrecedoras da cultura, da identidade e, inclusivamente, da sustentabilidade das cidades.

Acreditando que a habitação é um factor indutor de identidade, de vivência urbana, de relações de vizinhança, de comércio de proximidade, de segurança e estimulante do espaço público e do exercício de cidadania, considera-se que um centro de cidade habitado é um centro vivo, pelo que se torna necessário desenvolver estratégias de conciliação entre os novos fluxos internacionais e os fluxos locais.

E embora a cidade, e a sociedade, estejam numa fase de profundas transformações, as tipologias de habitação disseminadas no Porto parecem manter-se relativamente estáveis e acríticas a estes processos.

Não só se instalam novos habitantes na cidade, como as formas de habitar se têm vindo a alterar nos últimos anos fruto de concepções

“Há quem veja no turismo uma assombrosa saúde e quem veja nele uma assustadora doença. [...] Há quem ache o turismo um sinal de maior cosmopolismo e o seu crescimento constante uma garantia promissora de paz e prosperidade, uma prova promissora de um mundo global [...] há quem, com uma outra visão, reactiva e pessimista, pense que o turismo de agora é, não o sucessor desta genealogia, mas o usurpador ou mesmo o destruidor dela.”⁷

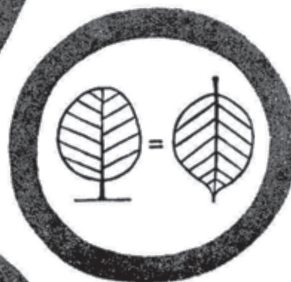
⁷ ALMEIDA, Patrícia. *O que fica do que passa*. em *Electra* N^o3, Setembro 2018. p.8

⁸ DOMINGUES, Álvaro. *Património: a construção do comum*. em *Porto património mundial: 20 Anos, 20 Imagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016. p 27

sociológicas emergentes. Considere-se uma série de factores, começando pela crescente mobilidade e pelo “encurtamento” de distâncias que propicia o surgimento de novas formas de relacionamento ou uma flexibilização dos locais de trabalho, que fazem com que no geral a vida contemporânea seja menos constrangida a um só lugar. Torna-se também cada vez mais comum a partilha de casa até mais tarde, atendendo a que a idade de entrada numa vida profissionalmente activa está cada vez mais tardia e, inclusivamente, a dificuldade de acesso à habitação que propicia o aparecimento de novas estruturas de agregados “familiares”.

Perante este panorama, a questão que se coloca é a de como poderá a arquitetura oferecer uma estrutura aberta aos novos fluxos urbanos, que responda activamente às necessidades da vida contemporânea, valorizando simultaneamente um sentido de comunidade e de interação entre os habitantes e que ofereça um novo léxico habitacional que contemple diversas possibilidades de permanência/transitoriedade.

tree is
 leaf and leaf
 is tree - house is
 city and city is house
 - a tree is a tree but it
 is also a huge leaf - a
 leaf is a leaf, but it is
 also a tiny tree - a city
 is not a city unless it
 is also a huge house -
 a house is a house
 only if it is also
 a tiny city



say leaf - say tree
 say a few leaves still and
 many leaves soon - say leafless tree
 - say heap of leaves - say this tree
 when I grow up and that tree when
 I was a child - say one tree, lots of
 trees, all sorts of trees, trees in the
 forest - say forest (hear: hawk, lost
 nest, fire, fairy, owl's hoost, toadstool,
 tiger, timber) - say orchard, apples
 apple pie - say fig tree - say fig leaf
 - say NUTS! - say house - say
 city - say anything - but
 say PEOPLE!

in

“Uma casa deve ser como uma pequena cidade para que seja uma verdadeira casa; uma cidade como uma grande casa para que seja uma verdadeira cidade.”¹

O sentido do Comum

A queda do muro de Berlim provocou transformações profundas na sociedade alemã e em nenhuma cidade isso foi mais visível que na actual capital, que de cidade dividida passou a cidade unificada onde se fundiram dois mundos.

Logo a seguir à queda do muro, Berlim era uma cidade com uma população reduzida, em recessão económica e com um tecido urbano fragmentado, caracterizado pela degradação física do edificado, sobretudo na parte oriental, e pelo esvaziamento do centro, decorrente da periferização tendencial das actividades da cidade.

Perante este panorama, houve quem encontrasse na degradação e na consequente quebra de valor do imobiliário do centro da cidade uma oportunidade de restabelecer um sentido urbano, de questionar convenções e adaptá-las a novos modos de vida que explorassem o potencial inerente a atmosferas urbanas enquanto espaços dinâmicos de circulação de pessoas, ideias, cultura e inovação.

Surgiram neste contexto os *Baugruppe*, literalmente “Grupos de Construção”, como expressão de um movimento cidadão de reurbanização e reinvenção da cidade, em que grupos de pessoas, geralmente de classe média, começaram a optar por regressar ao centro de Berlim e a construir por iniciativa própria conjuntos habitacionais densos e em altura, tipologias que até então eram normalmente destinadas à população mais carenciada.

Este processo de regresso ao centro da cidade não se tratou apenas de uma mudança de localização física aproveitando uma oportunidade económica, mas foi sobretudo um movimento de afirmação, de expressão de modernidade e de emergência de uma sociedade que procurava estruturar-se segundo novos modelos que visassem recuperar um sentido urbano assente na vida em comunidade.

A conjuntura débil da cidade, aliada a este tipo de impulsos, fizeram Berlim crescer como uma cidade comparativamente pobre em relação a outras grandes cidades alemãs, mas socialmente activa, culturalmente dinâmica, alternativa e atrativa para jovens e pessoas sobretudo relacionadas com o mundo das artes, acabando por conferir à cidade a imagem que ainda hoje se mantém de que, parafraseando Klaus Wowereit, “Berlim é pobre mas sexy”.²

Lentamente, o crescimento e a atractividade da cidade começaram a despertar a atenção de grandes grupos de investimento, refletindo-se na última década num aumento exponencial do preço do imobiliário e num crescente problema de dificuldade de acesso à habitação.

Tirando partido da minha experiência em Berlim, que permitiu um contacto próximo com vários modos de habitar a cidade, em zonas social e urbanisticamente distintas, propõe-se aqui uma breve nota sobre os *Baugruppe* como exemplo de humanização e de devolução de cidadania a um tecido urbano enfraquecido.

Os *Baugruppe* permanecem uma realidade ativa em Berlim e são hoje, sumariamente, grupos de pessoas que se juntam autonomamente para em conjunto reunirem a capacidade financeira para construir um edifício para habitação própria.

1 EYCK, Aldo van. *Is architecture going to reconcile basic values?* em *Collected articles and other writings*. Amsterdão: SUN, 2008. p.205

2 Em 2003 Klaus Wowereit, antigo Presidente da câmara de Berlim [2001-2013] lançou o slogan “*Berlin ist arm, aber sexy*” - em português “Berlim é pobre mas sexy” - na tentativa de promover uma imagem atrativa da cidade enquanto centro alternativo e artístico, cultural e socialmente activo.

←
ii EYCK, Aldo van
Árvore é folha e folha é árvore - Casa é cidade e cidade é casa. Analogia da cidade com uma árvore, decorrente da simbiose cidade\casa, enunciada por Aldo van Eyck na reunião do TEAM 10 na Abadia de Royaumont, perto de Paris, em Setembro de 1962



i3



i2



i4

Estes grupos surgem não só como forma de ultrapassar as dificuldades de acesso à habitação devido à inflação dos preços no setor imobiliário nos últimos anos, mas também como reação à necessidade de valorização do sentido de comunidade e de partilha num quotidiano espartilhado e esterilizado pelo anonimato.

A estrutura que hoje caracteriza estes grupos é o resultado de um processo evolutivo de sucessivas apropriações do pragmatismo da ideia original pós-queda do muro, assumindo-se ainda como uma manifestação do interesse pela recuperação dos valores da vida comum e como um movimento de requalificação e ativação do espaço urbano, mais do que simples estratégia económico-financeira.

Assumindo esta posição, os *Baugruppe* caracterizam-se por desenvolver projetos de índole experimental, procurando encontrar novas morfologias adaptadas às necessidades e exigências de cada residente, valorizando ainda assim a vida em comum, multi-familiar e heterogénea.

Segundo a estrutura mais recorrente, estes grupos de construção compram autonomamente um terreno, entrando posteriormente em contacto direto com um arquiteto escolhido. Ao ignorar promotores imobiliários, os *Baugruppe* obtêm, no contexto de Berlim, uma redução média de custos de entre 25% e 30%.³

Esta filosofia de projetar e construir em grupo estimula relações de cooperação e de construção de identidade comunitária, concedendo simultaneamente uma voz mais ativa aos residentes\proprietários que passam a decidir a orientação a dar aos projectos. Torna-se, por isso, comum a inclusão de fogos individualizados e métodos de construção inovadores, que privilegiam frequentemente soluções de reduzido impacto ambiental, mantendo os custos comparativamente baixos. Em alguns casos é exactamente a natureza experimental dos projetos que reduz os custos.

O reconhecimento da validade do conceito dos *Baugruppe* surgiu também por parte das autoridades federais e municipais alemãs, que sem subsidiarem directamente a habitação criaram programas de oferta de terrenos com preços reduzidos, créditos a juros baixos e subsídios à aquisição de tecnologia ‘verde’ – painéis solares, janelas com vidros triplos, instalações de recuperação de calor, por exemplo – para habitações e para projectos de habitação que contemplem a integração social de idosos e deficientes.³

Dado o amplo espectro de possibilidades, não existe um “modelo” específico de *Baugruppe*, porque cada projecto difere no modo de financiamento, na composição social do grupo, nas ambições e necessidades de cada um, resultando em soluções arquitectónicas e urbanísticas individualizadas.

No caso do Projeto BIGyard, o objetivo passava por adaptar a vivência de uma casa unifamiliar a uma morfologia urbana densa, resultando numa sequência de casas particulares, com dois ou três pisos, que sobrepostas e geminadas conformam dois volumes homogéneos que se unem ao centro por um grande jardim comum.

Constituído por 45 fogos de habitantes-residentes com capacidades financeiras díspares, este projeto destaca-se pela articulação harmónica de três

3 URBAN, Florian. *Berlin's construction groups and the politics of bottom-up architecture*. em *Urban History Vol. 45*. Cambridge: Cambridge University Press, January 2018. pp. 683-711



Projeto BIGyard - Zanderroth Architekten:

- i2 **Planta de implantação: utilização do interior do quarteirão para promover uma maior densidade**
- i3 **Jardim comum com acesso direto a partir do interior dos fogos.**
- i4 **Cobertura praticável: Utilização da cobertura como área exetrior**



i5



i6



i7

tipologias de habitação: casa jardim - fogos triplex que têm acesso direto para o jardim; casas pátio - fogos estruturados em meios pisos, usufruem de pequenos pátios que dão acesso a um terraço privado na cobertura; penthouses – apartamentos duplex que adicionam dois pisos ao volume tardoz.

Além do jardim, existem igualmente outras áreas partilhadas como um terraço no topo do edifício tardoz que tem uma cozinha a céu aberto, bem como uma sauna e quatro apartamentos para visitantes.

Já o projeto Spreefeld surge de outros pressupostos. Partindo da reivindicação do direito de acesso ao Rio Spree, cujas margens se apresentam em grande parte privatizadas por grandes complexos comerciais e de escritórios, este *Baugruppe* procurou tornar público o acesso ao rio. Conseguindo obter o direito de utilização de um terreno municipal na margem do Spree, propôs um projeto fragmentado em três volumes, dispostos assimetricamente num jardim comum e aberto ao público.

O Spreefeld é composto por sessenta e quatro fogos, todos diferentes, decorrentes de adaptações de uma lógica comum às preferências de cada residente. Além das habitações convencionais, existem também seis apartamentos que oferecem uma estrutura de habitação mais partilhada podendo albergar grupos entre quatro a vinte pessoas. Para uso comum dos residentes existe uma lavandaria, um ginásio, quartos de hóspedes, terraços na cobertura de cada edifício e uma sala de música.

O piso térreo foi concebido para integrar uma vivência mais alargada à vizinhança, incluindo uma oficina de carpintaria, uma cozinha de catering, uma creche e um espaço de trabalho/atelier. Existem também Salas Opcionais, que consistem em espaços inacabados destinados a projetos comunitários, sociais ou culturais.

Esta referência breve aos *Baugruppe* pretende apenas fazer notar a validade prática de um conceito de revitalização urbana que dá primazia a questões sociais de inclusão, identidade e comunidade, concretizadas em projectos de carácter polifuncional que alimentam a interação de habitantes a diferentes escalas urbanas, fomentando igualmente um sentido de pertença e de responsabilidade sob o espaço que lhes pertence mas que é simultaneamente de todos.

Quando se propõe neste trabalho a ideia de “casa comum” como um possível caminho para a revitalização de zonas habitacionais e para a integração de formas de habitar tradicionais com os novos fluxos de “habitantes” transitórios, o exemplo da experiência dos *Baugruppe* valida a ideia de que a construção de habitação para residir a longo prazo ajuda a criar bairros estáveis, mas permeáveis a novas experimentações. Nestes exemplos, os modelos alternativos de financiamento e de propriedade criaram uma forma de ocupação residencial do espaço urbano que não visa a especulação.

Os *Baugruppe* são um exemplo de como a recuperação, e reinterpretção contemporânea, da noção de comunidade e de identificação com o local pode ajudar as cidades a enfrentar o problema da esterilização e anonimização das áreas residenciais e dos centros urbanos, ao mesmo tempo que oferecem habitação adequada e acessível de forma sustentável.



Cooperativa Spreefeld -
Carpaneto Architekten +
Fatkoehl Architekten +
BARarchitekten:

- i5 Integração de oficinas [e outros programas comuns] no piso térreo
- i6 Jardim partilhado no centro dos 3 volumes que constituem o Projeto, aberto ao público
- i7 Cada fogo do Spreefeld é desenhado individualmente para cada habitante

O sentido do Lugar

Desde cedo que ficou clara a necessidade de estabelecer um vínculo com o real, despertador para um percurso de identificação de matérias\ instrumentos de investigação que informassem uma postura crítica face a um lugar, evitando cair num exercício puramente abstrato. Nas palavras de Manuel Mendes, *“Projetando conhecendo a partir do habitat portuense, construindo projetando para a cultura arquitectónica e urbana [...]”*¹

Orientada por esta relação simbiótica, a escolha do terreno passou por várias fases de reconhecimento da cidade, definidas pela pretensão de encontrar um lugar-investigação que abrisse um campo de trabalho activo e consequente; pela necessidade de captar potencialidades de um lugar por vir, num sistema aberto entre o passado, o presente e um futuro; e pela procura de um lugar adequado, que desencadeasse a própria dimensão do projeto.

Não havendo restrições à partida – uma vez que se assume o papel pluridisciplinar de um eu-estudante-arquitecto-cliente-promotor - estabeleceram-se alguns requisitos que contribuíssem para uma procura mais objetiva, na medida das intenções do projeto-investigação.

Se o que se pretende é explorar diferentes tipologias de habitação que contemplem várias possibilidades de permanência/transitoriedade, o terreno teria necessariamente de satisfazer tanto as necessidades dos habitantes permanentes como as prioridades dos habitantes transitórios, de modo a tornar-se atrativo para ambos.

Na escolha da localização valorizou-se a proximidade ao centro e a áreas dinâmicas que contivessem edifícios de carácter cultural e serviços variados como comércio, restauração, bares, e que tenham ainda uma boa acessibilidade a meios de transporte. No que aos residentes permanentes concerne, considerou-se acrescidamente a importância de alguns serviços como hospitais/centros de saúde, correios, supermercados, bancos, loja do cidadão ou finanças. No fundo, os serviços que se congregam num centro, *“triplamente entendido como o local de máxima acessibilidade, o lugar de aglomeração de funções diversas de forte carácter polarizador que caracterizam e produzem o próprio efeito de centralidade, e o referencial simbólico colectivo da própria cidade”*².

Contudo, face à densidade e continuidade do tecido urbano do centro histórico do Porto e atendendo a concentração de edifícios de carácter patrimonial, intervir nesta zona significaria *“penetrar na cidade existente aceitando-a como sistema de certo modo fechado”*³; ou seja, penetrar numa área codificada e homogénea, de lotes reiteradamente pequenos, e em ambientes pouco absorventes a novas experimentações.

Acreditando que o arquiteto deve ter uma postura mais ativista e tendo, neste contexto, possibilidade de escolha, privilegiou-se, ainda que hipoteticamente, uma prática de transformação da realidade presente,

¹ MENDES, Manuel. *Baixa Portuense – Pura Representação* em Porto 2001: regresso à Baixa. Porto: Faup Publicações, 2000. p.21

² DOMINGUES, Álvaro. *Património: a construção do comum em Porto património mundial: 20 Anos, 20 Imagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016. p 19

³ MENDES, Manuel. *Baixa Portuense – Pura Representação* em Porto 2001: regresso à Baixa. Porto: Faup Publicações, 2000. p.19

propondo uma continuidade futura em detrimento de uma atividade pontual conformada aos códigos do passado e, se real, perigosamente especulativa. Embora se preze a qualidade evidente da cidade histórica - importante âncora identitária, considerou-se mais urgente equacionar novas fases de desenvolvimento que, fluindo desta cidade estabelecida, definissem uma linguagem orientadora para o contínuo crescimento sustentável da identidade Portuense.

Estabelece-se assim a necessidade de um espaço heterogéneo, com liberdade de transformação e aberto à hipótese de requalificação da sua urbanidade em dimensões mais vastas que não só a reabilitação ou a intervenção pontual num tecido já consolidado física e psicologicamente. Nesta lógica, as áreas de maior interesse para este estudo estariam provavelmente nos limites da ARU da Baixa ⁴, em zonas ainda centrais, mas assinaladas no PDM⁵ como Áreas de Frente Urbana Contínua em Consolidação ⁶.

A própria demarcação municipal de que uma área urbana se encontra em consolidação reflete desde logo uma condição expectante por parte do território, que embora predominantemente edificado e igualmente sedimentado na história, apresenta algumas feridas urbanas e um apelo à estruturação e consolidação da sua urbanidade num sentido mais lato. Encontra-se, assim, numa necessidade territorial o próprio material impulsionador do projecto e nos terrenos vazios, nestas feridas urbanas, uma possibilidade de intervenção prospectiva e incisiva a diferentes escalas.

Estas potencialidades inerentes a espaços residuais, a terrenos vazios da cidade, relacionam-se em grande parte com o conceito de *Terrain Vague* de Ignasi de Solà-Morales. Inspirado por uma tendência iniciada nos anos 70 por alguns fotógrafos que se interessaram pelos espaços sobrantes, vazios e abandonados pelo pós-guerra, Ignasi de Solà-Morales faz uma leitura existencialista da cidade, caracterizando estes lugares como estranhos e externos aos circuitos produtivos, paradoxalmente presentes na malha urbana e ausentes do quotidiano cidadão.

O termo *Terrain Vague* é utilizado na sua expressão original em francês para preservar a precisão significativa de difícil tradução. A palavra *Terrain*, além do significado mais óbvio - terreno - está igualmente associado a uma ideia de território humanizável numa condição expectante, potencialmente aproveitável. E *Vague*, caracteriza estes terrenos como vazios e descomprometidos [estão vagos], indeterminados e incertos [são vagos], oscilantes instáveis [como vagos]. O confronto das múltiplas significâncias representa uma expectativa e um entusiasmo face a estes espaços vazios, imprecisos e flutuantes, tanto num sentido crítico da realidade em que se inserem como nas possíveis alternativas e no enorme potencial que estes espaços representam para a vida da cidade.

4 Área de Reabilitação Urbana da Baixa

5 Plano Diretor Municipal

6 "As Áreas de Frente Urbana Contínua em Consolidação correspondem às áreas estruturadas em quarteirão com edifícios localizados, predominantemente, à face dos arruamentos, em que o espaço público se encontra definido e em que as frentes urbanas edificadas estão em processo de transformação construtiva e de uso, pretende-se a manutenção e reestruturação das malhas e a consolidação do tipo de relação do edificado com o espaço público existente." em *Plano Diretor Municipal - Regulamento*. Porto: CMP, 2012

Pretende-se, então, a apropriação de uma destas entidades vagas para impulsionar um pensamento crítico, um ensaio de continuidade das linhas que cosem a memória colectiva dos habitantes do porto, proporcionando uma base, oferecendo uma estabilidade que potencie a abertura dos habitantes às novas dinâmicas urbanas que se insurgem à escala local e global. No fundo, o projeto é encarado como uma peça que articula o puzzle urbanístico, nas suas dimensões e problemáticas várias, e o terreno como um suporte potenciador do projeto.

Constituído o corpo da decisão, e após visitas e confrontação entre alguns terrenos, chegou-se à conclusão de que a área de estudo mais apropriada à intervenção proposta é no Bairro da Fontinha, mais especificamente, um terreno vago de aproximadamente 3180 m², com apenas uma frente de rua, com 68m de comprimento, para a Rua das Carvalheiras.

O interesse por este terreno definiu-se, primeiramente, pela sua localização estratégica e pela proximidade a todos os serviços a acima referidos; em matéria de arquitetura e urbanismo destacou-se acima de tudo por se apresentar como um território anacrónico, heterogéneo e de certa forma esquecido pela cidade. Uma intervenção neste lugar teria um efeito regenerativo na envolvente, potenciando o papel activo, multidimensional e integral da arquitectura na concepção e no processo evolutivo do espaço urbano.

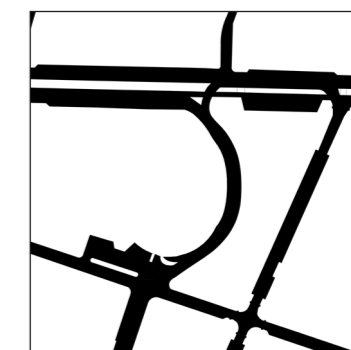
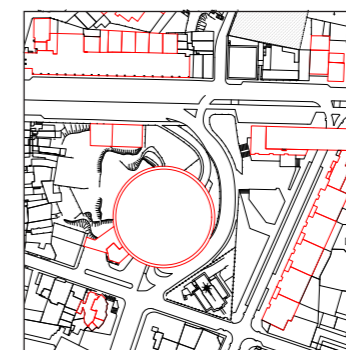
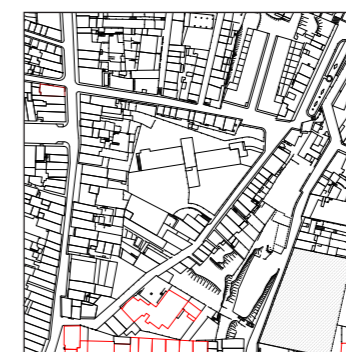
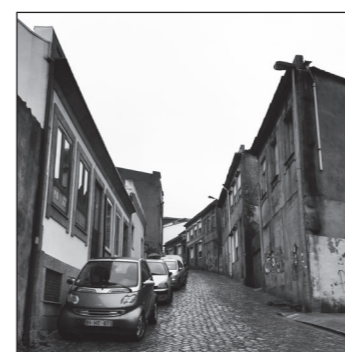
Uma vez que o projeto procura o confronto com o real e, a partir desse confronto, apresentar estratégias para o [re]projetar, torna-se agora necessário mergulhar neste lugar-território-investigação e entender as suas especificidades. Propõe-se uma estratégia de aproximação sistémica, decompondo o território num conjunto de planos coexistentes que, num processo gradativo e metodológico, comecem a sugerir/esboçar linhas orientadoras para o processo de projeto.

Topografia

O território da Fontinha é profundamente marcado pela topografia, refletindo alguma dificuldade de apropriação que poderá justificar a condição hermética e a segregação espacial deste território em função das dinâmicas globais da cidade. Note-se também a posição do terreno numa depressão, cujas diferenças de cota chegam aos 15 metros.

Morfo-tipologias

Destaca-se a proeminência de duas tipologias contrastantes: No limite da Rua de Gonçalo Cristovão, encontram-se edifícios em altura, de funções mistas de habitação e serviços, que protagonizam um momento singular na história do Porto de exaltação do movimento moderno; enquanto no interior, no Bairro da Fontinha, predominam habitações humildes, de um ou dois pisos, substratos da industrialização.



in



i2



i3



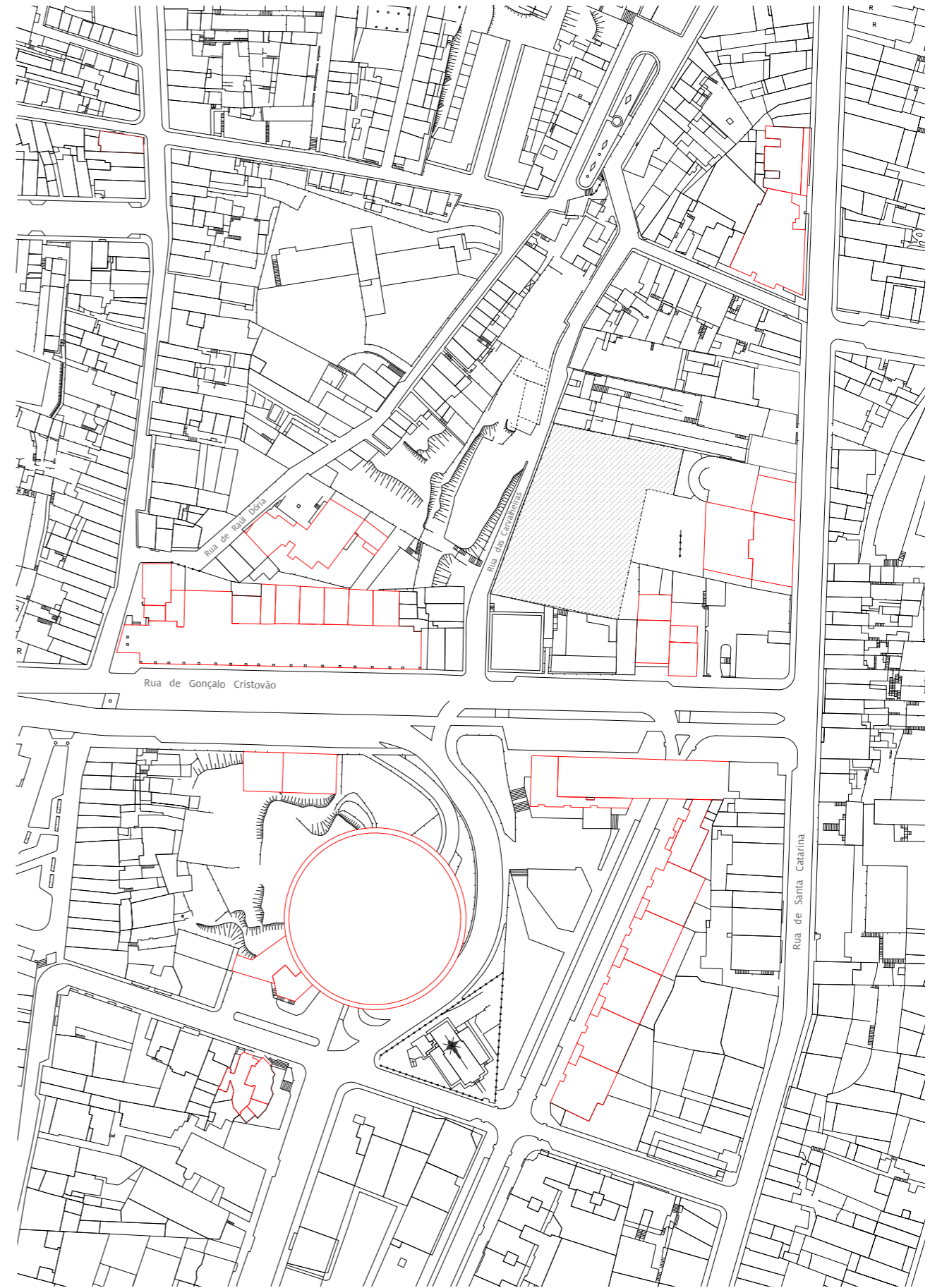
i4



i5



i6



Escalas

Depreende-se dos contrastes do edificado que o terreno se encontra num momento de charneira entre duas realidades muito distintas. Se por um lado a Rua de Gonçalo Cristóvão, caracterizada por edifícios de grande escala, tem conotações mais globalizantes; o Bairro da Fontinha é, parafraseando Ezequiel de Campos, “a «cidade escondida» por detrás das fachadas aparentes”⁷, é o lado escondido do interior do quarteirão, da pequena escala e do sentido mais local.

A discordância entre estas duas dimensões e a possibilidade de articulação entre elas, apresenta-se como um importante tema para o projecto, atendendo à problemática à qual se pretende dar resposta: De que forma pode um edifício restabelecer um sentido de pertença, de comunidade e de identidade local, ao mesmo tempo que se abre e integra novos fluxos globais, onde fluem pessoas em diferentes níveis de permanência/transitoriedade?

O terreno apresenta-se assim como o espaço que separa, ou liga, os binómios local-global e proximidade-anonimato, tornando-se por si só um estimulante de relações espaciais, que possam vir a definir uma estrutura intermediária, operante tanto na dimensão física - relacionando\cosendo\ fundindo as duas escalas - como na vertente mais sociológica - criando espaços e programas que atraíam e promovam a interação entre os diferentes habitantes.

Diacronia

“A construção da cidade - de uma parte da cidade- combina, no curso de tempo, diversas operações no terreno e na identificação. A complexidade do seu resultado não é apenas estrita repetição de tipos ou justaposições de tecidos, antes exprime o processo encadeado no qual as formas e os momentos construtivos se sucedem com ritmos próprios. Distâncias ou continuidade, alinhamentos ou vazios, perfis ou associações, terrenos edificáveis e monumentos descrevem a sequência de um processo temporal.”⁸

Como já se pôde entender, atuam no terreno dois estratos deste processo de sobreposição temporal - “de tempo espacializado, de espaço temporalizado”⁹ - que refletem dois momentos específicos mas profundamente transformadores do decurso da cidade: Um primeiro momento que remonta ao período da industrialização, que veio alterar as relações espaciais, sociais e económicas que definiam o Porto como cidade mercantil; e um segundo, importante referencial do período de reestruturação, modernização e de adaptação da cidade a novos fluxos e modos de habitar, reflexo dos ideais do movimento Moderno.

Embora este território seja antagónico e descontínuo na concepção dos limites e interações entre os domínios público e privado, é interessante notar

7 SILVA, Célia Taborda. *A alteração do espaço e quotidiano cidadão: o Operariado do Porto Oitocentista*. Porto: Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução No12, 2013. p. 28

8 SOLÁ-MORALES, Manuel. *Spazio, Tempo e Città em Lotus Internacional*. Milão, 1998. p.51

9 MENDES, Manuel. *Baixa Portuense – Pura Representação em Porto 2001: regresso à Baixa*. Porto: Faup Publicações, 2000. p.21



i1 Dissonância das escalas intervenientes no terreno

Fotografias do terreno e da envolvente próxima:

i2 Rua de Raúl Dória

i3 Rua das Carvalheiras

i4 Rua da Fábrica Social - Bairro da Fábrica social [1862]

i5 Edifício da sede do Jornal de Notícias, do arquitecto Márcio de Freitas [1968]

i6 Rua de Gonçalo Cristóvão



Mapa com marcação do terreno escolhido para intervenção e marcação a vermelho de edifícios em altura



como, no seu conjunto, o território da Fontinha evoca a estrutura dual que organiza o espaço urbano portuense e que define a memória colectiva dos seus habitantes - a cidade aparente e a cidade do “miolo do quarteirão”. Apercebe-se uma espécie de divisão do território, onde o quarteirão é entendido como uma estrutura mais ampla, regularizado e delimitado por ruas de maior escala penetrado depois por percursos mais finos, ruas estreitas e sinuosas, que organizam uma estrutura relacional mais privada.

Em matéria de construção de cidade, considera-se então importante fazer proliferar e facilitar o acesso a este mundo que define a sociedade portuense e a estabelece e estabiliza numa esfera comum, evitando, no entanto, cair numa nostalgia protecionista e estagnante. Pretende-se construir cidade sugerindo novas estruturas, não necessariamente presas ao passado, mas que tenham a capacidade de evocar, de “*falar silenciosamente e despertar os sentidos e a mente*”¹⁰ conectando os habitantes com o lugar. Para isso, é necessário um entendimento diacrónico mais profundo, a respeito do qual será feita uma visita ao passado mais à frente na investigação.

Geografia relacional

Feita uma leitura geral, torna-se agora necessário compreender a rede de pequenas relações que formam os lugares e as atmosferas específicas que no seu conjunto provocam\motivam\concebem temas modeladores do espaço urbano da Fontinha. De modo a expor perceptivelmente estas realidades, foi feito um levantamento tipológico-funcional dos edifícios na envolvente próxima ao terreno, que esquematizado oferece uma leitura mais simplificada.

Numa primeira análise, acentua-se novamente a ideia da existência de uma face exterior, “aberta ao público”, onde se localizam funções mistas e intercaladas de habitação e serviços, e de um núcleo interior, de carácter mais privado e maioritariamente habitacional.

Observando o espaço público, destaca-se o Largo da Fontinha como o principal espaço de convívio. É também aqui que começam a surgir algumas unidades de Alojamento Temporário. No entanto, na sua generalidade a área peca por falta de espaços comuns e zonas verdes. É notória também a carência de estruturas como passeios e estacionamento.

A Rua das Carvalheiras, embora importante eixo de ligação com a Rua de Gonçalo Cristóvão, apresenta-se visivelmente esquecida e desconectada das dinâmicas quotidianas do interior do bairro, bem como dos fluxos do exterior.

¹⁰ CURTIS, William. *Memória e Criação: O Parque e o Pavilhão de Ténis de Fernando Távora na Quinta da Conceição 1956-60*. em *Fernando Távora Modernidade Permanente*. Guimarães: Associação Casa da Arquitectura, 2012. p.37



Habitantes

¹¹ DOMUS SOCIAL E.E.M.,
Bairros Municipais do Porto -
Caracterização Socioeconómica,
2011

Numa primeira abordagem, foram consultados os dados publicados pela Domus Social E.E.M., referentes à caracterização sócio-económica dos residentes dos Bairros Municipais do Porto.

No caso do Bairro da Fontinha, a faixa etária dos residentes centra-se entre os 45 e os 64 anos, o que equivale a 44% da população total, seguido de um estrato com mais de 65 anos, que corresponde a 22%.¹¹ Relativamente à constituição dos agregados familiares, verifica-se a predominância de pessoas isoladas ou famílias nucleares sem filhos, às quais se seguem famílias monoparentais - sobretudo femininas - e só então famílias alargadas. Estima-se que no bairro residam, em média, 2,4 pessoas por fogo.

No entanto, esta aproximação analítica não permite ter acesso à estrutura sociológica que define a atmosfera bairrista da Fontinha. Neste sentido, ao longo do processo de visita e revisita ao terreno, fui falando com moradores e outras pessoas que frequentam o bairro regularmente.

Entre algumas conversas, foi-se percebendo que fruto do abandono por parte da população mais jovem, a Fontinha, cujas tradições bairristas eram conhecidas e onde as solidariedades e relações de vizinhança se apresentavam como traços característicos dos seus moradores, esta a perder alguma vitalidade.

Ainda assim, persiste um forte sentimento de pertença e um quotidiano relativamente integrado e cruzado entre os residentes que ainda se mantêm no Bairro.

—

Sra Ana, 67 anos, residente da Rua do Alto da Fontinha:

“A minha mãe nasceu, cresceu e morreu naquela casa; E eu vou pelo mesmo caminho! [...] O principal problema é esta estrangeirada que para aí vem. É que eu conheço os meus vizinhos [...] mas agora há estas casas para os turistas e anda aí gente nova. E eles não querem saber da gente para nada. [...] Olha, aquele que vai ali é o Sr. João, é cego e vivia com a mulher ali em baixo numas casas que foram destruídas para fazer o parque de estacionamento maior. Deve ir agora ao café.”

Professora Lurdes, Professora Primária na Escola Básica 1º Ciclo da Fontinha:

“Isto é uma zona muito calma! [...] Muitas das crianças que andam aqui na escola vivem aqui perto. É bom, porque os pais também se conhecem. [...] Acho que o maior problema é a falta de estacionamento. As ruas são estreitas, não têm muito espaço e estão cheias de carros estacionados.”

Grupo de idosos frequentadores do Centro da Cooperativa do Povo Portuense:

“O que era bom era um jardim, ou assim um sítio com árvores. [...] Falta estacionamento. Alguns de nós vimos de longe e não temos onde parar o carro. [...] Agora está na moda ginásios e coisas assim, era bom para trazer gente nova aqui para o Bairro”.

¹² MENDES, Manuel. *Porto 2001: regresso à Baixa*. Porto: Faup Publicações, 2000.

—

Estas entradas procuram possibilitar leituras cruzadas, específicas, sobrepostas ou individualizadas, às quais se pode ir recorrendo ao longo do processo de projeto. Vão-se assim definindo linhas orientadoras, que se vão tornando mais nítidas à medida que o território se torna mais familiar, à medida que se vai criando uma relação de [re]conhecimento com o espaço e com as pessoas.

Partindo de uma abordagem de projeto que se pretende como uma intervenção nevrálgica, contaminante da envolvente e com capacidade de a reactivar e dar resposta às suas problemáticas, este confronto foi também bastante útil para a identificação de algumas lacunas programáticas nesta zona.

Considerando a escassez de espaços comuns, estabelece-se a necessidade de um espaço de convívio, preferencialmente com vegetação, que possa promover um sentido colectivo e de comunidade, e que possa talvez atrair fluxos externos, na tentativa de integração do Bairro da Fontinha na vivência urbana do Porto. Para isso, infere-se sobre o impacto e possível reverberação da presença de serviços no “miolo” do quarteirão.

Face ao envelhecimento da população, considera-se que o objetivo primordial do projeto responde activamente a esta conjuntura. Ao desenvolver habitação com diferentes possibilidades de permanência, está igualmente a promover-se o cruzamento de uma população heterogénea, em diferentes fases da vida, contribuindo para uma interação multigeracional capaz de reativar e dinamizar o Bairro.

Relativamente à morfologia urbana, crê-se imperativo o diálogo entre as duas dimensões divergentes que se cruzam e conformam uma barreira - física e psicológica - ao sentido fluído da cidade. Atendendo à localização do terreno, este pode funcionar como um nó, como uma rótula relacional do tecido urbano, que pretende combinar\coser\fundir as duas escalas num momento intermédio, de modo a proporcionar um sentido de continuidade e reforçar a permeabilidade do espaço urbano.

Na procura de outros temas, foi também consultado o livro de propostas de requalificação urbana para a Baixa no âmbito do Porto 2001¹², acreditando que um outro olhar sobre o território pudesse informar sobre outras problemáticas. Embora não exista nenhuma proposta para esta área

em particular, a consulta das várias propostas contidas no documento expôs uma tendência de integração do interior dos quarteirões na vida da cidade, propondo a sua permeabilidade e utilização para usos diversos.

Como já foi referido, o processo de desenvolvimento e proposta de projecto partem do contexto real, de uma vontade de trabalhar com as suas problemáticas nas suas múltiplas facetas. Além do entendimento do lugar e da reação às necessidades identificadas, pretende-se igualmente pensar em soluções para o problema da dificuldade de acesso à habitação que actualmente se manifesta no Porto. Na pretensão de desenvolver uma proposta assente em cenários plausíveis, foram consultados programas de incentivo estatais de promoção de habitação no Porto.

Após a leitura dos diversos programas ¹³ constatou-se que o que mais se adequaria ao terreno em estudo seria o programa “Reabilitar para Arrendar”, cujo objetivo passa pelo financiamento de reabilitações e reconstruções, ou a construção de novos edifícios para preenchimento de tecido urbano, devendo destinar-se a habitações para arrendamento em regime de renda apoiada ou condicionada. No entanto, os beneficiários não poderiam ser grupos privados, destinando-se este incentivo ao apoio de Municípios, Sociedades de Reabilitação Urbana ou Empresas Municipais. Embora este tenha sido um momento passageiro, hipotético e pouco consequente para o projeto, acabou por influenciar o percurso da investigação, sugerindo uma ida à Câmara Municipal que pudesse vir a informar sobre projetos ou programas que estivessem a ser experimentados.

Foi agendada uma reunião com o Vereador do Urbanismo Arq. Pedro Baganha, que ocorreu no dia 27 de Fevereiro de 2019 e em que foram abordados múltiplos temas, desde a perspectiva da CMP ¹⁴ face a possíveis soluções para o problema da habitação, a projetos em curso a este respeito e à análise concreta do Bairro da Fontinha e dos planos da CMP para esse território.

Incidindo apenas nos pontos que poderão vir a ser consequentes para o processo de projeto, esclareceu-se que perante o problema do acesso à habitação no Porto, a solução mais plausível que a CMP encontra é procurar aumentar a oferta disponível, de modo a tentar equilibrar oferta e procura, contribuindo consequentemente para a redução dos preços da habitação. Entre várias acções e projetos em curso, destaca-se, no contexto da presente dissertação, *“a revisão do PDM ¹⁵ que tem como premissa a densificação da função habitacional na cidade, uma regulamentação urbanística que permita índices de construção maiores.”*

Tomou-se igualmente conhecimento da existência de um programa de revitalização do espaço público, que incluía a área da Fontinha – o Programa Rua Direita, que tem como objetivo a [re]qualificação de espaços públicos integrados no que a CMP considera a rede capilar do sistema viário municipal,

¹³ Reabilitar para Arrendar - Habitação ACessível; IFRUU 2020; Chave na Mão

¹⁴ CMP - sigla para Câmara Municipal do Porto

¹⁵ PDM - sigla para Plano Diretor Municipal

que no caso concreto da Fontinha se refere a antigos caminhos “rurais” que permaneceram intactos até aos dias de hoje.

As pequenas ruas estreitas e sinuosas que permeiam o miolo do quarteirão, são hoje valorizadas pela CMP como fragmentos históricos que refletem, de acordo com o vereador do urbanismo da CMP, *“outras lógicas de ocupação do território [...] que têm uma qualidade que já não se encontra em outros sítios da cidade consolidada. Este tipo de malha, a relação topográfica que as próprias vias estabelecem, a forma como se vencem cotas, o larguinho, a ruína... Considerando que isso é um valor hoje, e não uma dificuldade [...] queremos qualificar estas zonas da cidade, mantendo estas características e estas vivências que hoje lá temos e que consideramos que são uma mais valia. Esta zona da Fontinha é um exemplo do Porto escondido que quem é de cá sabe que existe, que está escondido nas traseiras, e a ideia agora é trazê-lo para o papel do protagonista. Digamos que no que diz respeito ao investimento público, isto é o que vai acontecer na zona da Fontinha. [...] Achamos que estas bolsas de sossego têm um potencial enorme que tem sido sempre menosprezado.”*

Encontrando-se actualmente em curso, não foram ainda publicados desenhos oficiais da intervenção planeada. No entanto, na reunião foram apresentados alguns esboços iniciais que tinham já definidas as principais intenções para o ordenamento do espaço público.

“Primeiro, o automóvel tem de ser um estranho, e não um protagonista, por isso as ruas não vão ter diferenciação entre passeio e estrada, vão estar sempre ao mesmo nível e sem diferença de materiais. A ideia é que se perceba que estamos num território para andar a pé; [...] depois a Fontinha tem esta particularidade topográfica que é por um lado a grande dificuldade e, por outro, é a grande magia deste lugar. Por isso é preciso reabilitar algumas das infraestruturas, como estas escadas que dão acesso ao largo da Fontinha, [...] e qualificar os espaços de utilização colectiva, como largo da Fontinha.”, disse Pedro Baganha.

No caso concreto da Rua das Carvalheiras, onde se localiza o terreno a que dizem respeito estas páginas, a proposta de requalificação do espaço público passa pelo alargamento da rua, e pela construção de passeios e estacionamento *“para que os carros fiquem na entrada”* do Bairro.

Neste processo, marcado por avanços e recuos, por momentos de objetividade e por deambulações à procura de algo sem saber muitas vezes aquilo que se procurava em específico, foi-se lentamente tomando consciência da complexidade de temas e dissonâncias que organizam o Bairro do Fontinha. Promoveu-se uma estratégia metodológica assente numa ponderação do lugar, do espaço público e edificado, de ocupações e destinos de usos como forma de delinear um sentido propositivo e um realismo programático ao projeto.



in

- ¹ ROSSI, Aldo. *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p.86.

A cidade é feita de partes e A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela História, pela memória que a cidade tem de si mesma.'

←
¹ Paul Citroën, *Metrópolis*, 1923

O sentido do Tempo

Cada cidade tem em si uma narrativa. Lê-se entre linhas as ruas, que por movimentos repetidos e regulares se traçaram, abrindo espaço ao quotidiano de quem habita um território e o toma como seu. Cresce assim na paisagem uma cidade, numa sedimentação de fragmentos de actividades humanas, de eventos e de histórias, de estratos de memórias de uma sociedade que em permanência desenvolve uma identidade.

E tal como a sociedade, a cidade vai sofrendo transformações ao longo do tempo, e a sua identidade, como a de uma pessoa, vai-se reforçando em permanente [re]composição¹. Nutre-se neste processo secular uma ordem informal de valores comuns que determinam vínculos entre os habitantes, e destes com o espaço, desenvolvendo um domínio colectivo, um sentido de pertença e uma tomada de consciência de que esta dimensão abstrata os define, tanto a cidade como quem a habita.

Matéria e testemunho do passar do tempo, a arquitetura tem aqui um papel fundamental. Cada lugar - espaço, ruas, praças e edifícios - regista o passado e relaciona-o com o futuro, constituindo-se como um dos mais importantes redutos da memória². As cidades carregam-se assim de formas, signos e símbolos que constituem elementos de reconhecimento de uma identidade local e das dimensões históricas e mnemónicas que estruturam as suas sociedades.

É por isso importante compreender o território urbano como uma malha em continua tecelagem, cujas complexidades e contradições alertam para a consciência da existência de um espaço imaterial e intangível, afectivo e emocional, uma memória coletiva que pode orientar uma reacção sensível, não necessariamente explícita no que hoje existe. Assim, para bem compreender um território ter-se-á que relacioná-lo com o seu processo evolutivo, abrindo a possibilidade a outro tipo de relações espaciais e sociais, capazes de uma articulação equilibrada entre o novo, o existente e a memória.

No século XIX o Porto industrializou-se rapidamente, expandiu-se e tornou-se mais complexo e multifacetado, reconfigurando a estrutura secular de carácter mercantil que caracterizava a cidade e os seus habitantes desde os seus tempos mais primordiais.

O desenvolvimento dos transportes urbanos – o americano [1870s] e o eléctrico [1890s] - e das ligações ferroviárias aproximaram a cidade dos seus subúrbios e da sua região, reforçando os fenómenos de atração e estimulando o processo de urbanização periférica. A malha urbana densificou-se rapidamente e alastrou para os subúrbios setecentistas, onde se ergueram grandes complexos fabris. Afluíam à cidade cada vez mais pessoas atraídas pelo despontar da industrialização e pela conjuntura económica favorável, resultando necessariamente num período de forte urbanização e reordenamento do tecido urbano.

¹ FORTUNA, Carlos. *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta Editora, 2001. p.231

² "O espaço é tempo cristalizado"
CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010. p.441

Não é no entanto a grande fábrica moderna que caracteriza o início da industrialização portuense, mas sim uma indústria de pequena escala, “*de feição ofical, tecnologicamente pouco avançada, assente na tradição corporativa e numa mão de obra abundante*”³. Esta modalidade fabril domiciliar proliferou rapidamente pela baixa, onde muitos estabelecimentos já existentes viram na indústria uma nova oportunidade de negócio, adaptando o seu ofício a novos métodos de produção.

A grande indústria, a fábrica organizada em moldes capitalistas, apresentando uma divisão técnica e social do trabalho mais desenvolvida, surge somente com alguma relevância em finais do século.⁴ Estes grandes complexos estabeleceram-se predominantemente nas zonas mais periféricas da cidade, onde o acesso ao espaço era menos condicionado pela especulação imobiliária que dominava o centro do Porto. Por volta de 1890, as principais áreas industriais localizavam-se nas freguesias de Campanhã, Bonfim, Santo Ildefonso e Cedofeita, que conseqüentemente configuravam núcleos residenciais de alojamento para os trabalhadores das fábricas aí presentes.

Acentuava-se assim um processo de clivagem social que se refletia diretamente na segregação espacial da cidade. Por um lado, no que aos estratos mais abastados da sociedade portuense concerne, preconiza-se o afastamento entre zonas industriais e de trabalho e os espaços de lazer e domicílio que se deslocavam preferencialmente para a zona da Foz, Campo Alegre e Boavista, longe da agitação comercial e industrial que ecoava nas freguesias mais centrais; por outro lado, o crescimento abrupto da população gera uma enorme pressão habitacional que irá estimular diversas formas de especulação imobiliária, obrigando as camadas mais pobres a viver em condições de precariedade extrema, tendencialmente nas áreas mais industrializadas.

O século XIX trouxe sem dúvida uma nova identidade ao Porto. A antiga cidade mercantil, estruturalmente coesa e socialmente miscigenada, foi tomada pelo surto industrial, gerador de grandes desenvolvimentos tecnológicos e de grandes discrepâncias económico-sociais.

O fluxo de capitais e os melhoramentos materiais que advieram da industrialização aprofundaram as desigualdades entre os que tinham posses e os assalariados, dividindo a sociedade em dois grandes grupos: Uma nova burguesia de cariz industrial opulenta e exibicionista da sua cultura, disseminada nos livros de etiqueta⁵; e uma nova classe, o operariado, que vivia no mesmo espaço cidadão mas que era ao mesmo tempo excluído dele. Certos locais, como as novas alamedas e jardins, teatros e cafés, configuravam informalmente espaços de acesso reservado à burguesia, segregando os mais pobres para os espaços que os burgueses rejeitavam.

No Porto oitocentista, “*se as transformações são evidentes, raramente envolvem todo o espaço urbano e todos os grupos sociais. Dir-se-ia que a grande*

3 SÉREN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. *O Porto Oitocentista*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3ª ed.). Porto: Porto Editora, 2001. p. 443

4 MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de. *Aspetos da Industrialização no Porto*. In *VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Instituto de Geografia da FLUP, 1992. p. 2

5 SILVA, Célia Taborda. *A alteração do espaço e quotidiano cidadão: o Operariado do Porto Oitocentista*. Porto: Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução N112, 2013. p. 25

mudança está justamente no agravar das distâncias físicas e sociais entre os espaços e os homens que coexistem na cidade e que se traduzem em tempos de viver diferenciados."⁶ Todos os sinais de modernidade e desenvolvimento pareciam evidenciar e acelerar estas assimetrias. Se por um lado os bairros burgueses e os espaços mais comerciais e centrais do Porto usufruíam de iluminação pública a gás [1855] e, posteriormente, luz elétrica e água canalizada [1887], os espaços rurais, os espaços urbanos periféricos e as zonas mais pobres careciam destas infraestruturas, utilizavam em grande medida ainda velas ou candeeiros a petróleo, e apresentavam graves problemas sanitários.

O acesso à habitação tornava-se cada vez mais um problema para o operariado, explorado, mal assalariado e incessantemente mais numeroso. Para fazer face à necessidade de alojamento barato, a pequena burguesia - como donos de lojas e artesãos - vêem na carência habitacional uma fonte de rendimento adicional, construindo nos logradouros da suas residências pequenas unidades habitacionais para arrendamento. Surgem deste modo as ilhas: *"Conjuntos de minúsculas casas contíguas de um único piso, configuradas em uma ou duas bandas, com uma única entrada que dava acesso a um longo corredor, ao longo do qual se situavam as casas, que não tinham mais de dois metros de largura e a profundidade do lote de terreno [...]. Eram construções de muito baixa qualidade, sem ventilação, água, eletricidade ou esgotos, que tinham ao fundo do quintal sanitários comuns a todos os habitantes da "ilha", criando uma intimidade partilhada."*⁷

A tipologia de ilha mais comum era a constituída por 10 a 12 alojamentos, com 12 a 15 m² cada, onde vivia uma família com entre 6 a 7 pessoas. É portanto fácil de imaginar a sobreocupação do espaço urbano decorrente destes aglomerados residenciais, confinados e insalubres, que lamentavelmente alastravam no miolo dos quarteirões por toda a cidade chegando, por volta de 1900, a albergar cerca de um terço da população.⁸

*"As "ilhas" eram a "cidade escondida" por detrás das fachadas aparentes, das ruas e das praças, como referia Ezequiel de Campos, eram os espaços da degradação moral e do perigo que ameaçava a sociedade burguesa, mas, por outro lado, eram o espaço de integração urbana das populações rurais e de socialização operária."*⁹ Destinadas, como referido, a operários, as ilhas começaram por se desenvolver nas zonas mais industrializadas como São Vítor, Montebelo, Salgueiros, Fontinha e Bonjardim, mas rapidamente surgiu habitação deste género em inúmeras outras áreas do Porto. No centro, além das ilhas surgiram as denominadas colmeias, que correspondiam a uma espécie de ilhas em altura, ocupando as antigas habitações da burguesia que abandonava o centro para viver em zonas mais salubres e menos densificadas.

Os prédios de vários andares, e construção consideravelmente débil por falta de manutenção, eram divididos em pequenos alojamentos para

6 SÉREN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins (2001). *O Porto Oitocentista*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, p. 391

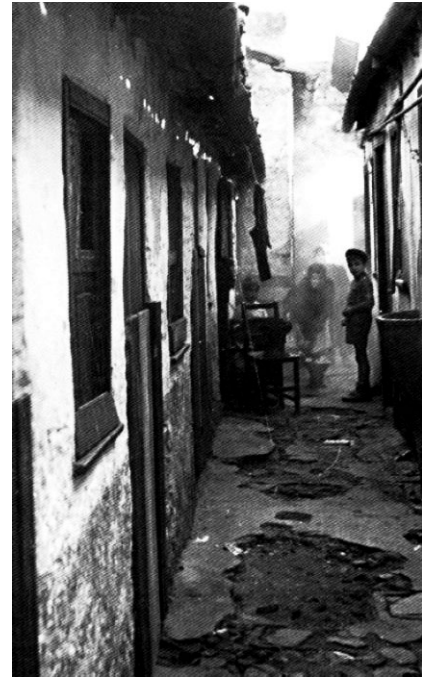
7 SILVA, Célia Taborda. *A alteração do espaço e quotidiano cidadão: o Operariado do Porto Oitocentista*. Porto: Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução No12, 2013. p. 28

8 SÉREN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. *O Porto Oitocentista*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, 2001 p. 396

9 SILVA, Célia Taborda. *A alteração do espaço e quotidiano cidadão: o Operariado do Porto Oitocentista*. Porto: Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução No12, 2013. p. 28



i3



i2

diversas famílias, ou, no caso das Casas da Malta, divididos em minúsculas parcelas individuais. Não admira que as descrições da época se referissem a estes aglomerados como antros de degradação, física e moral, onde vivia a “população depravada” de mães promíscuas e de filhos criados ao abandono, sem moral nem educação. Destaca-se sobretudo o Barredo, entre o Morro da Sé e a Ribeira, como área de maior concentração humana.¹⁰

A precariedade refletia-se a todos os níveis, desde a fraca construção que depressa se deteriorava com a humidade do Porto, às poucas condições de higiene, à má alimentação, à falta de instrução e à promiscuidade dos que aí residiam, fazendo destes sítios focos infecciosos e de grande mortalidade.

A propagação de doenças consequente da falta de higiene nos alojamentos operários, começou a alertar a população mais instruída, as elites burguesas, para o perigo público que a falta de salubridade representava e até então mantido à margem das suas considerações e interesses. Esta preocupação surge no contexto de grandes surtos epidémicos, como a cólera em 1883 e 1885 e, principalmente, a peste bubónica, em 1899, que foi devastadora, sendo o Porto a última cidade europeia a registar uma epidemia desta doença.

Em 1933, David Moreira da Silva mencionou o cenário adverso deste período: *“A habitação, órgão essencial de uma cidade, oferece-nos no Porto um dos seus mais miseráveis e trágicos aspetos e é uma das causas graves que contribuem largamente para a enorme mortalidade que aí se constata. Diz-se, corretamente, de resto, que o Porto era enquanto cidade o mais vasto cemitério da Europa”*.¹¹

Como resposta às construções precárias em que vivia uma grande parte da população, foram tomadas algumas medidas com o objetivo de melhorar as condições de alojamento da classe operária. Assim surgem os Bairros Operários, por ação de iniciativas privadas, sobretudo de proprietários de fábricas que se tornaram mais conscientes da necessidade de atender às condições em que viviam os seus operários, mas que viram também nestes novos espaços habitacionais uma forma de aumentar a sua riqueza, dado que as rendas seriam pagas aos proprietários das fábricas onde trabalhavam os operários alojados nesses bairros.¹²

Ainda assim, os Bairros Operários estabeleceram uma nova concepção dos mínimos necessários para habitação. Mantinham uma estrutura simplificada e bastante humilde mas possuíam condições de habitabilidade muito superiores às que se verificavam nas ilhas: Eram frequentemente constituídos por casas com mais de um andar, o que significava um aumento substancial da área habitável e permitia uma maior proteção do espaço privado, ainda que continuassem a partilhar alguns espaços, como as áreas sanitárias. Além disso, no interior destes bairros passaram a existir infraestruturas como lavadouros e pequenas áreas ajardinadas, por vezes até capelas e mercearias,

¹⁰ SÉREN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. *O Porto Oitocentista*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, 2001 p. 395

¹¹ PEREIRA, Virgílio Borges. *A Política de Habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto Contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica*. In SANTOS, Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2001. p. 549

¹² GUERRA, Paula. *Elementos para a redefinição de um objeto de estudo complexo: o caso da zona oriental portuense*. em *Atas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*, 2004. p. 117

¹³ PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no Final do Século XIX. Um Retrato Urbano*. Porto: Edições Afrontamento, 2007



i2 Ilha do Porto 1960 AMP

i3 Ilha do Porto na Travessa das Antas 1960 AMP



i4



i5

que deram uma configuração realmente distinta e inovadora aos aglomerados habitacionais do operariado portuense.¹³

Apesar de importantes, as iniciativas de construção dos Bairros Operários foram pontuais e, muitas vezes, incapazes de albergar o público para o qual foram edificados. As rendas exigidas eram excessivas para o operariado, o que resultou no arrendamento destes alojamentos por parte de pequenos comerciantes, sendo que os operários se mantinham, na sua maioria, confinados às ilhas. Permanecia portanto o problema da habitação, amplificado à medida que se aproximava o final do século XIX.

As assimetrias entre os bairros ricos dos burgueses e os bairros dos operários eram cada vez mais notórias, como se dentro de uma mesma cidade crescessem em paralelo duas dinâmicas completamente distintas. Tudo distinguia essas duas populações, desde a habitação ao vestuário, da educação às formas de convívio e ao modo de estar no espaço público.

As disparidades económicas e sociais e a segregação espacial significavam também a acumulação do operariado em áreas restritas, onde a partilha de espaços e a convivência quase forçada resultava na formação de espaços de sociabilidade onde se criavam fortes afinidades e relações de vizinhança. Gradativamente desenvolveu-se uma consciência colectiva relativa à posição precária do operariado na cidade e na sociedade, dando origem à criação das primeiras associações de cariz operário, precisamente no Bairro da Fontinha, onde este grupo populacional começou a ganhar força, consciente de si enquanto unidade, enquanto classe numerosa capaz de mudança, motivando uma série de greves e outras manifestações populares em prol de melhores condições de vida e de trabalho.

Não é por acaso que o Bairro da Fontinha se desenvolveu como núcleo de cariz operário, dinamizador de movimentos e da consciencialização das condições precárias desta classe. Talvez pela topografia acidentada, não muito apropriada para a construção das casas burguesas, este território foi, desde os primeiros assentamentos, sendo apropriado por outro tipo de construções, de índole informal que albergavam os operários das fábricas que se iam instalando nas áreas circundantes.

A área onde se encontra o bairro da Fontinha foi comprada em 1852 por Jacinto José Gonçalves, associado à Real Fábrica da Fontinha que lentamente se vinha a impor como uma das maiores fábricas de chapéus do Porto do século XIX. Iniciou-se aqui um processo que viria a marcar profundamente o desenvolvimento deste território..

A Real Fábrica da Fontinha passou a chamar-se Fábrica Social da Fontinha, uma mudança de nome que foi também uma mudança de filosofia, em que passou a pontuar a preocupação com os valores sociais e morais associados aos trabalhadores da fábrica. Também em 1852 teve início a



14 Fotografia Aérea da Cidade do Porto: 1939-1940;
Fontinha - Fábrica Social
AMP Fiada 20 nº445

15 Fotografia Aérea da Cidade do Porto: 1939-1940;
Fontinha - Rua de Gonçalo Cristóvão
AMP Fiada 20 nº443

construção do Bairro Operário da Fábrica Social da Fontinha.

Seja por valores morais ou pelo combate à mortalidade inerente às doenças que se propagavam na cidade, a verdade é que a construção deste bairro não teve fins lucrativos e acabou por conseguir servir a sua função original de albergar a população operária que trabalhava na Fábrica Social da Fontinha.

Constituído por um conjunto de 65 casas, que embora pequenas todas tinham frente para a rua, com uma porta e uma janela, acolheu uma população que começou a tomar consciência de que as obrigações e as condições de trabalho precárias tinham também direitos associados. Lentamente começou a desenvolver-se um murmúrio social que culminou na fundação da Associação dos Trabalhadores do Porto – instalada no largo da Fontinha em 1876 - e na constituição da imprensa operária portuense com o „Jornal Artístico Social“, instalado em 1875 na Rua do Bonjardim.¹⁴

Mas, apesar desta evolução, o território da Fontinha manteve uma densidade populacional excessiva e a existência de ilhas e de habitações informais continuou a marcar a zona até aos anos 60 do século XX com a intervenção do urbanista francês Robert Auzelle com o Plano Diretor da Cidade do Porto, de 1962.

No século XX, a cidade aglomerada e densa tornara-se obsoleta. O centro antigo era uma área empobrecida e em continua degradação; a Avenida dos Aliados e áreas adjacentes, reservavam-se a uma especialização funcional como centro administrativo e económico; e na sua generalidade denotava-se uma crescente descentralização dos serviços e da habitação. Lentamente a cidade monocêntrica começou a dispersar-se para outras geografias mais vastas, cada vez mais dinâmicas, surgindo pequenos aglomerados urbanos periféricos onde a habitação e os serviços se foram misturando ou especializando de formas diversas.

O desenvolvimento dos transportes e a generalização do automóvel, a partir dos anos sessenta, contribuíram em grande parte para este movimento expansivo. Ao reduzirem-se significativamente os tempos de deslocação entre o Porto e os seus territórios adjacentes, assiste-se a uma periferização e polarização da cidade, que se refletiu no crescimento acentuado da conurbação portuense e numa intensa dispersão do povoamento.

Passou a ser possível trabalhar e viver em zonas distintas sem grandes prejuízos, o que motivou uma preferência tendencial pela habitação em zonas periféricas recentemente urbanizadas, com espaços desafogados e com estacionamento, em construções novas, tecnologicamente mais avançadas, mais modernas e com melhores condições do que os edifícios antigos do velho Porto. Surgem assim uma série de pequenas “cidades dormitório” que introduziram movimentações pendulares permanentes na lógica quotidiana da cidade.

¹⁴ TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação Popular na cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. 276-278.

Nesta nova circunstância, a ideia de modernidade, de crescimento e progresso ficou conotada à urbanização de novas áreas, adaptadas aos novos modos de mobilidade. Investidores, comerciantes e promotores imobiliários começaram a apostar em novas localizações, ainda que o principal centro funcional e económico, que congregava a maioria dos empregos, se mantivesse associado às áreas mais centrais. De acordo com Nuno Portas “*o modelo «uma cidade, um centro» esta a ser decisivamente ultrapassado*”¹⁵ por uma nova organização territorial claramente policêntrica onde o automóvel e a liberdade de movimentação passaram a ser os grandes protagonistas.

A dispersão e a necessidade de definir planos de zonamento para um crescimento organizado da cidade levaram a que o século XX ficasse marcado por consecutivos planos de urbanização que procuravam pensar a cidade à luz de novos conceitos de modernidade.¹⁶

No âmbito da presente dissertação, destaca-se o Plano Diretor da Cidade do Porto de 1962 de Robert Auzelle pelo impacto direto que tem no terreno escolhido como objeto de estudo e intervenção ao isolá-lo do resto das dinâmicas urbanas envolventes.

Este plano pretendia destacar a importância da cidade enquanto capital regional, assumindo-se como o “*centro administrativo, de negócios, intelectual e artístico, de ensino, etc.*” da região norte.¹⁷ Marcado por um urbanismo racionalista e inspirado ainda pelos paradigmas da Carta de Atenas de 1933, Auzelle traçou um plano regulador que partia do zonamento funcional da cidade - zona histórica, sector terciário e áreas habitacionais – de modo modernizar eficientemente o Porto, segundo um novo senso urbano para um novo tempo.

Para a zona central, de carácter histórico, o plano previa a renovação do tecido urbano, nomeadamente eliminando as ilhas e demolindo alguns quarteirões interiores, de modo a aumentar a salubridade dos restantes, que deveriam, por sua vez, ser sujeitos a obras de conservação e restauro. A população residente, seria deslocada para bairros sociais mais afastados do centro da cidade.

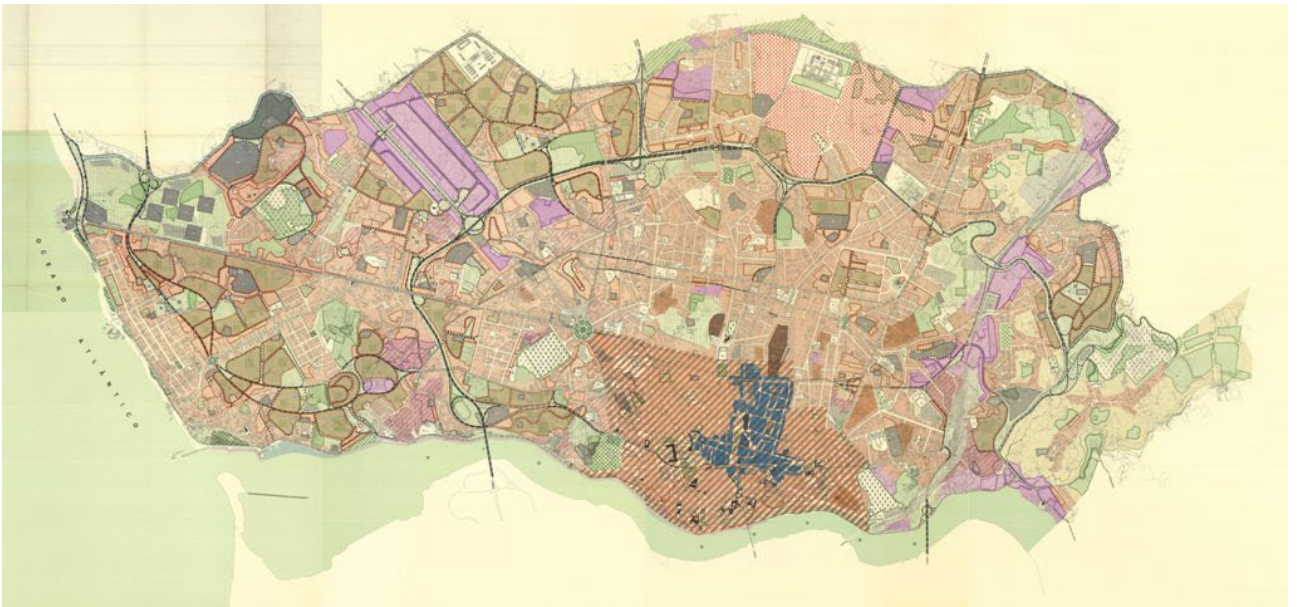
A preservação do legado patrimonial passava igualmente por uma avaliação seletiva, em que apenas os monumentos com um “elevado” valor histórico deveriam ser conservados e inclusivamente dignificados. Na zona da Sé o plano propunha a demolição de alguns quarteirões, de modo a conferir um maior arejamento e desafogo da área, salientando a Catedral, e deveria também ser aberta uma ligação pedonal entre a Sé e a Estação de S. Bento, para que “*la vie continue à irriguer le centre ancien*”, promovendo a organização de circuitos turísticos que explorassem as partes mais significativas da cidade.

Outras medidas incluíam o alinhamento de prédios na zona da Ribeira, o arranjo da Praça do Infante D. Henrique, a demolição do quarteirão habitacional entre a igreja de S. Nicolau e a Rua da Alfândega, de modo a

¹⁵ PORTAS, Nuno. *Opções de Estratégia e Formas Urbanas em* PORTAS, Nuno; *Os tempos das formas*. Guimarães: DAAUM, 2012. p.98

¹⁶ GUICHARD, François. *O Porto no século XX*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, p.526-537

¹⁷ MARQUES, H. et al. Porto, Percursos nos espaços e nas memórias. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p.87



i6

obter-se uma “monumentalidade adequada aos monumentos do local” e, finalmente, o plano contemplava a criação de um parque de estacionamento de três pisos no local onde se encontra actualmente o Mercado Ferreira Borges.¹⁸

Sublinhe-se que uma das grandes preocupações de Auzelle passava pelo ordenamento urgente da estrutura viária da cidade, adaptando o tecido urbano ao trânsito automóvel que se tornava cada vez mais num fator fundamental e condicionante do desenvolvimento global e equilibrado da cidade. Propôs assim “a criação de 1.000 lugares de estacionamento, passagens inferiores para peões, cruzamentos desnivelados com viadutos ou túneis, alargamento de ruas ou alteração da circulação na baixa.”¹⁹

Concluindo, o Plano de Auzelle foi uma tentativa de reorientar a centralidade da cidade, higienizar e abrir os tecidos da cidade antiga a novos fluxos urbanos, consagrar os monumentos históricos mas romper com os limites e as restrições de uma cidade presa ao passado, promovendo uma nova imagem para o Porto à semelhança das tendências internacionais.

Na procura de uma nova urbanidade que não ditada por um discurso histórico, este plano foi cedo contestado pela prioridade que dava à modernização sobre o valor patrimonial da cidade. As propostas de demolição de partes da área histórica despertaram alguma resistência na esfera municipal, motivando o primeiro estudo de recuperação da parte antiga do Porto pelo arquitecto Fernando Távora, apresentado em 1969, que deu origem em 1974 à constituição de um organismo público especializado o CRUAR.²⁰

Embora contestado, o Plano de Auzelle esteve em vigor durante quase 20 anos, e deixou ainda algumas marcas na cidade. Destaca-se a zona da Rua de Gonçalo Cristóvão, onde se situa o terreno escolhido para intervenção no âmbito desta dissertação, que acabou por se tornar num marco deste período de exaltação da modernidade, e simultaneamente numa espécie de zona tampão do Centro Histórico.

Irrigados por um sistema viário à medida da nova mobilidade, com ruas amplas, um viaduto e um enorme parque de estacionamento – o Silo Auto -, destacam-se agora na paisagem urbana os edifícios torre ²¹ implantados em amplas áreas verdes, que “vem alterar a leitura do Skyline da cidade, até então dominado pela verticalidade da torre dos clérigos e pela mole dominante do conjunto formado pela Catedral e palácio episcopal.” ²² Estes novos marcos geográficos protagonizam um ambiente singular de impulso vanguardista, emancipador da modernidade, da industrialização dos componentes e da ruptura na escala e na lógica da cidade antiga.

18 GUICHARD, François. *O Porto no século XX*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, p.538

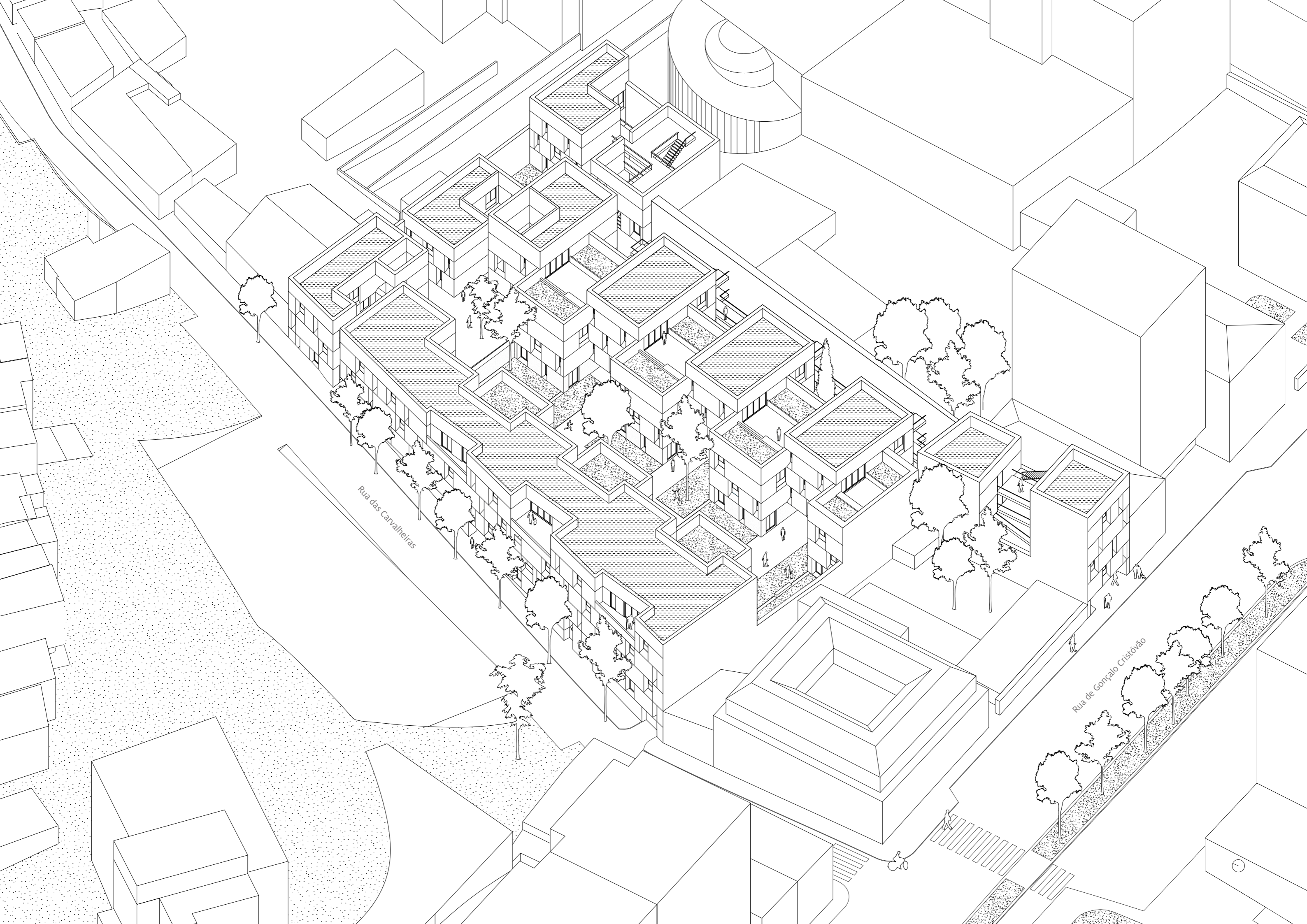
19 MARQUES, H. et al. Porto, Percursos nos espaços e nas memórias. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p.87

20 GUICHARD, François. *O Porto no século XX*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* [3a ed.]. Porto: Porto Editora, p.538

21 Edifício do Hotel D. Henrique, projecto da autoria de José Carlos Loureiro, [1965]; o edifício da sede do Jornal de Notícias, do arquitecto Márcio de Freitas [1968]; A longa torre habitacional de Manuel Marques de Aguiar [1967]; e o Edifício Ponte que remata o quarteirão da Rua Sá da Bandeira com a Rua Gonçalo Cristóvão, projeto dos arquitectos Agostinho Ricca e Benjamim

22 COSTA, Alexandre Alves, *Edifícios-Torre: O Porto em Altura in Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*, Porto: Porto 2001, 2001.

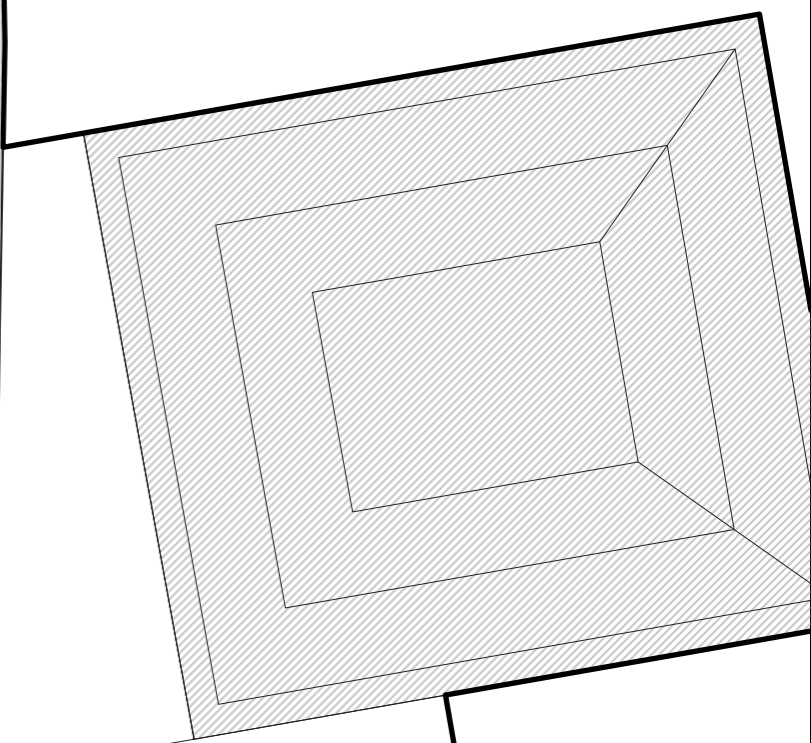
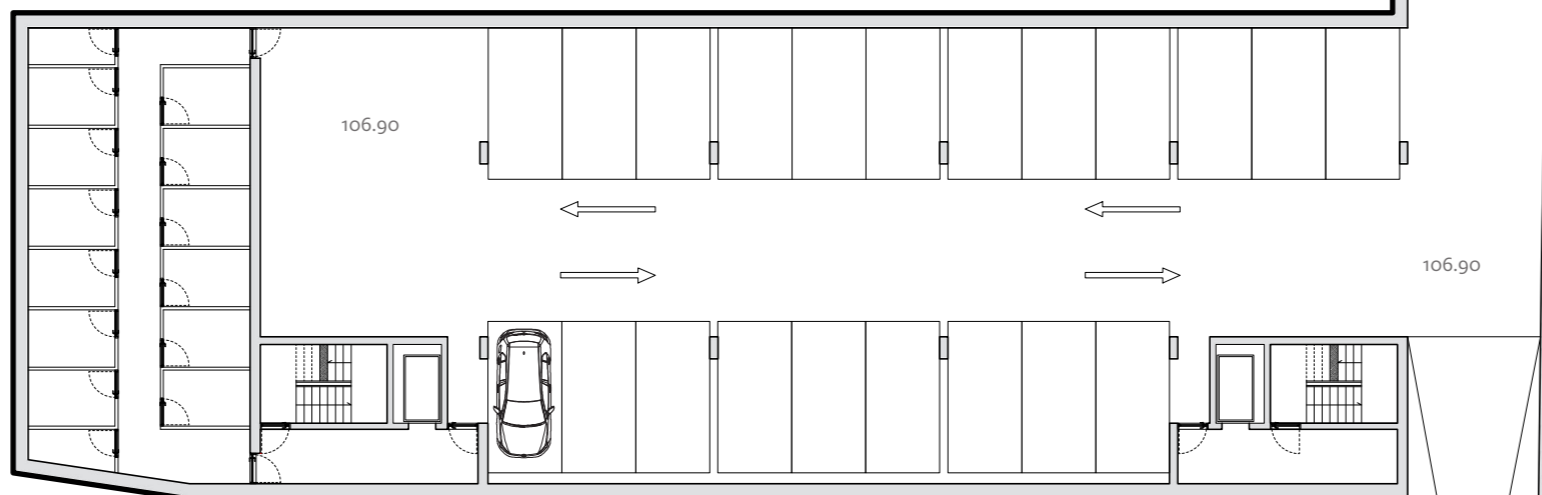
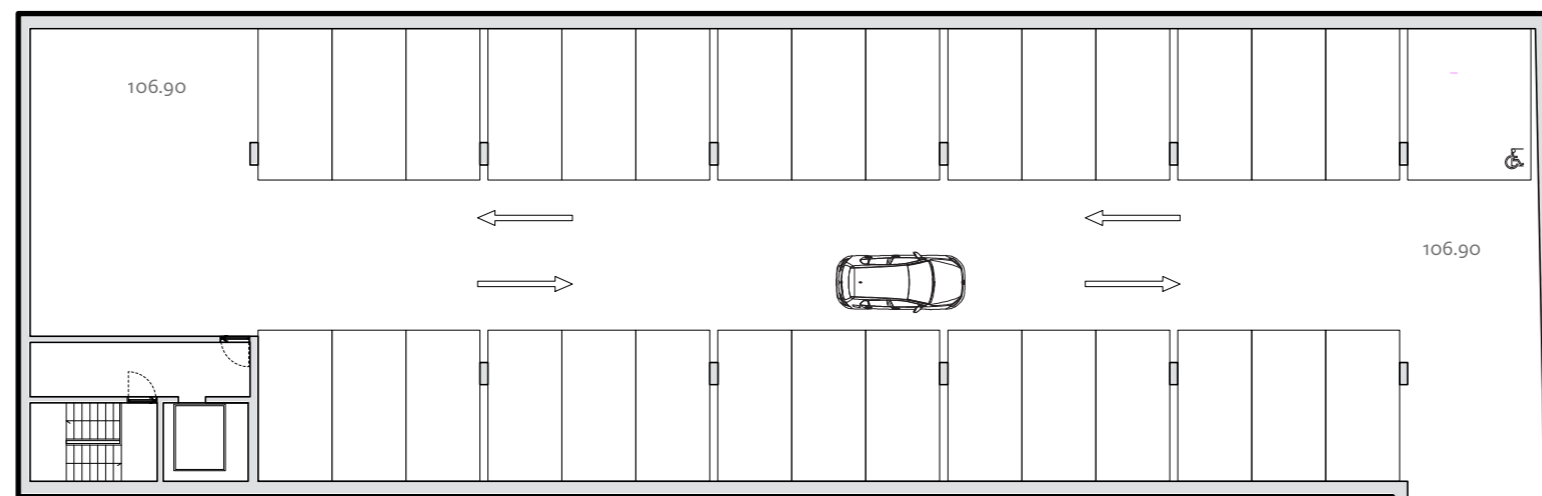
CASA
—
COMUM



Rua das Carvalheiras

Rua de Gonçalo Cristóvão

Vista Axonométrica da Proposta



108.05 Rua das Carvalheiras

1:250

Planta da Proposta

—

Piso -1
[Estacionamento]



Rua de Gonçalo Cristóvão

111.10

110.80

110.80

110.80

110.80

110.80

110.80

108.05

Rua das Carvalheiras

1:250

Planta da Proposta

—

Piso Térreo



Rua de Gonçalo Cristóvão

111.10

113.85

113.85

113.40

110.80

110.80

113.40

110.80

110.80

Rua das Carvalheiras

113.80

110.80

108.05

1:250

Planta da Proposta

—
Piso 1



Rua de Gonçalo Cristóvão

111.10

113.85

113.85

113.40

110.80

110.80

113.40

110.80

110.80

Rua das Carvalheiras

113.80

110.80

108.05

1:250

Planta da Proposta

—
Piso 2



Rua de Gonçalo Cristóvão

111.10

Rua das Carvalheiras

113.80

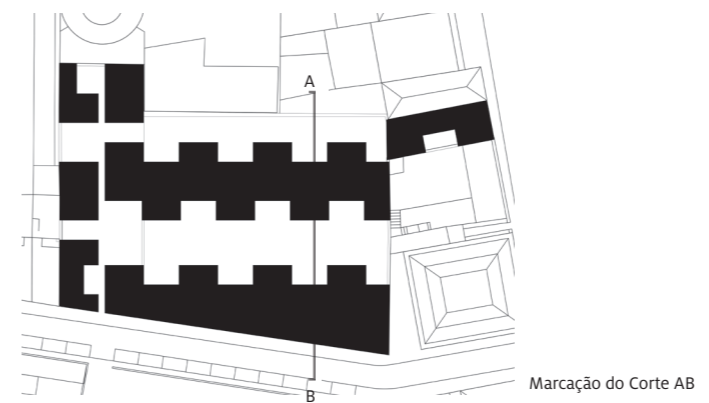
110.80

108.05

1:250

Planta da Proposta

—
Piso 3



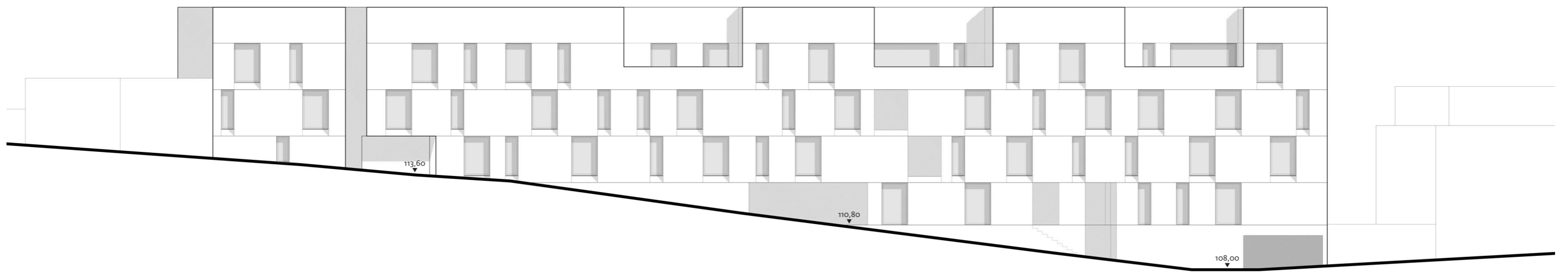


Corte Transversal AB
1:150

Corte Transversal



Alçado Tardoz - Hab. Permanente + Hab. Temporária
1:250



Alçado Rua das Carvalheiras
1:250

Alçados

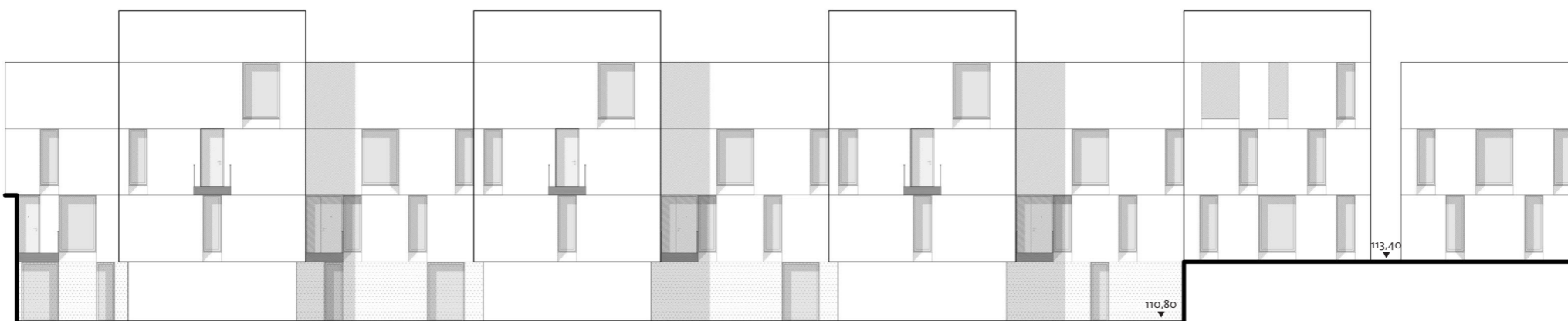
—

Alçado da Rua das Carvalheiras

Alçado Tardoz - Hab. Permanente + Hab. Temporária



Alçado do Pátio - Hab. Periódica + Hab. Temporária
1:250



Alçado Tardoz - Hab. Periódica + Hab. Temporária
1:250

Alçados

—

Alçado do Pátio - Hab. Periódica + Hab. Temporária

Alçado Tardoz - Hab. Periódica + Hab. Temporária



e1

Em busca de uma Casa Comum

A Casa Comum nasce de uma vontade de conciliar dissonâncias de quotidiano e de ocupação temporal num núcleo habitacional coeso, que assume a heterogeneidade de modos de ocupação como instrumento de desenvolvimento de uma atmosfera miscigenada, valorizadora da interação e da vida comunitária, e ainda assim respeitadora da privacidade e das necessidades de cada um.

O projeto divide-se programaticamente em três tipologias de habitação na medida de três diferentes possibilidades de permanência ou transitoriedade: permanente, que tal como o nome indica, destina-se a pessoas que queiram viver na cidade a longo prazo; periódico, para quem vive numa condição mais transitória mas que ainda assim fica por um período de tempo médio [estudantes/jovens]; e por fim, temporário, que se destina a habitantes mais flutuantes [turistas].

Posto isto, interessa que a estrutura física do projeto, apoie e exponha a estrutura social que se deseja. Assim, a disposição programática partiu da intenção da atmosfera que se queria proporcionar a cada zona do terreno, acabando por se refletir numa disposição territorial.

Considerou-se que as tipologias de habitação permanente deveriam localizar-se na frente de rua, pela capacidade de mediação entre o interior e o exterior do terreno, configurando uma atmosfera mais estável, propiciadora de relações de vizinhança e de um ambiente bairrista, de contactos espontâneos, em que o habitante poderá ver ou ouvir um vizinho a passar na rua e convidá-lo a entrar.

A habitação temporária, embora dissonante da ambiência que se acaba de descrever, requer igualmente uma frente para a Rua das Carvalheiras, de modo a que a entrada seja de reconhecimento fácil a habitantes e transeuntes que não conhecem a cidade. Como forma de tornar benéfica esta imposição, procurou-se estimular deambulações pelo Bairro da Fontinha, ao colocar a entrada o mais longe possível da Rua de Gonçalo Cristóvão, obrigando o visitante a penetrar pelo interior do quarteirão para aceder à sua habitação.

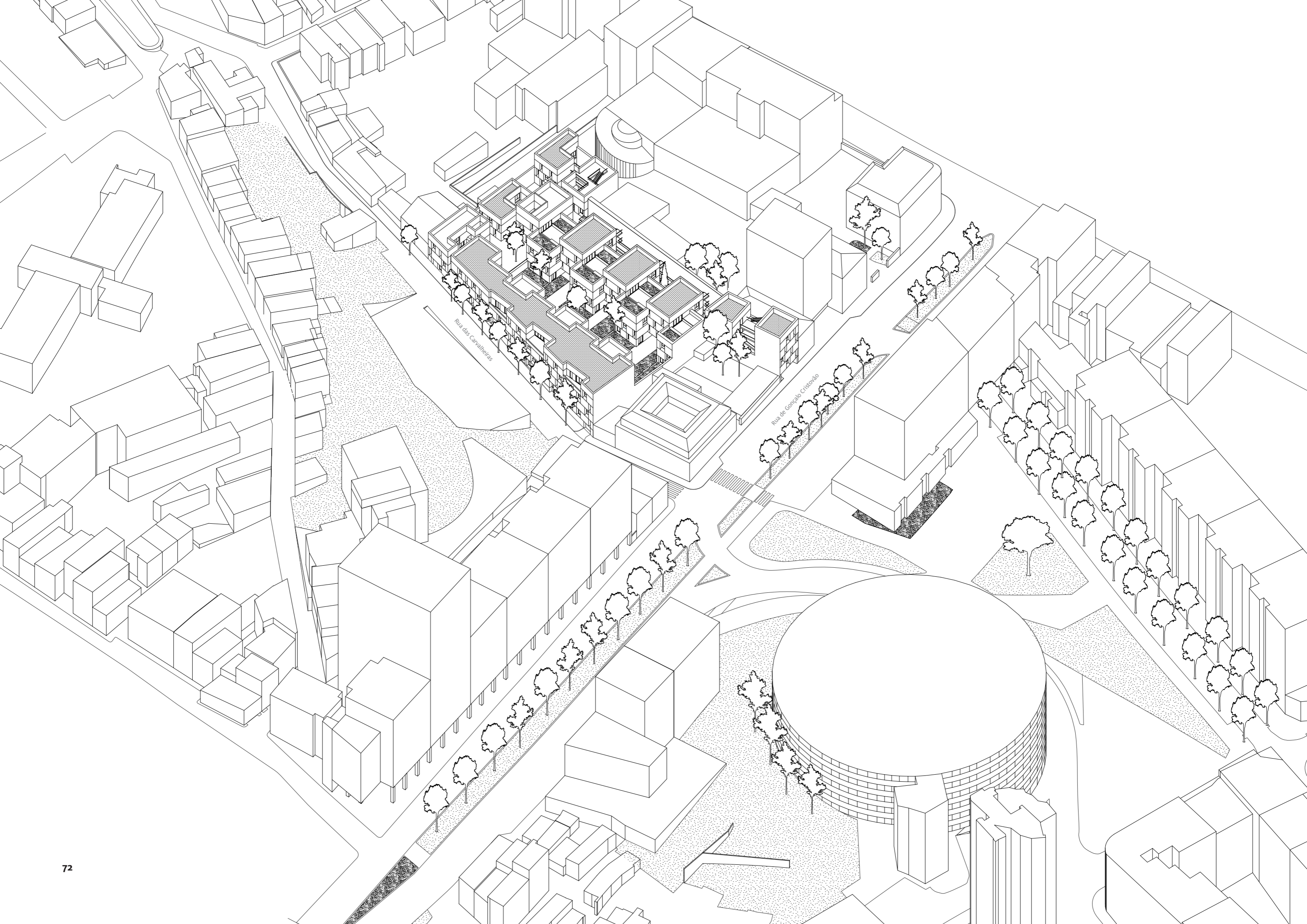
A colocação da habitação periódica no interior do terreno surge da intenção de activar este espaço. Considerando a população habitante desta tipologia, de carácter mais jovem e presumivelmente com uma vida mais dinâmica, acredita-se que ao acomodá-la no interior do terreno se esteja a promover um maior dinamismo e uma contínua circulação de pessoas, estabelecendo cruzamentos diários e estimulando futuras formas de contacto.

Na lógica desta disposição, os programas mais estáveis configuram o pátio interior, enquanto a habitação temporária, ainda que integrada no conjunto, acaba por funcionar de forma mais autonomizada porque embora se pretenda a interação entre os diferentes modos de habitar, torna-se também necessário valorizar a estabilidade de quem reside aqui de forma mais permanente.



ct

←
e1 Esquisso do pátio interior



Propõe-se assim uma ocupação densa da área de intervenção, tema que se considerou um interessante instrumento de projeto, atendendo não só à conversa com o sr. vereador do Urbanismo, Arq. Pedro Baganha, sobre o futuro PDM que a CMP está a desenvolver, considerando a potencial densificação do território da cidade de modo a estimular o crescimento da oferta habitacional e combater a inflação no sector imobiliário; mas também porque parte da convicção de que espaços mais contidos permitem uma escala mais íntima e uma maior proximidade entre os diferentes habitantes, bem como a permanente circulação e utilização de todos os espaços eliminando áreas sobrantes ou inativas.

É certo que, no processo de densificação de um espaço, as questões de privacidade e de dimensionamento têm necessariamente de ter uma ponderação acrescida, pelo que se propõe um percurso pelo terreno atento a estas preocupações.

Do ponto de vista urbano, de modo a dar continuidade ao Bairro da Fontinha e respeitando as regulamentações do PDM, definiu-se a frente de rua com uma fachada contínua que aproveita o declive do terreno para fazer uma transição suave entre a pequena escala do interior do quarteirão e a grande escala da Rua de Gonçalo Cristóvão. Três entradas, que garantem a permeabilidade do terreno, permitem desenvolver uma percepção gradual de níveis de privacidade, porque embora o interior do terreno seja um espaço de uso público é antes de mais um espaço de habitação comum, pelo que se pretende uma atmosfera um pouco mais íntima, mais protegida, onde a vida quotidiana dos moradores possa fluir naturalmente entre o interior das suas habitações e pátio exterior.

A ideia é que os espaços privados se transformem gradualmente em espaços comuns, e estes por sua vez, em espaços públicos. Numa relação simbiótica entre o exterior-rua e o interior-casa, o Pátio assume assim uma posição intermediária, sendo pensado quase como se de um interior a céu aberto se tratasse. Nesta lógica, o dimensionamento das áreas e os elementos físicos que as delimitam, são uma projeção da estrutura que organiza e dimensiona o interior dos fogos.

O posicionamento desalinhado e entrecruzado dos edifícios foi igualmente pensado para, num espaço que se quer contínuo, estabelecer zonas de diferença que estimulem uma apropriação mais fácil por parte dos habitantes. Esta solução de implantação possibilita também uma diminuição eficiente do espaço entre os edifícios uma vez que evita a existência de frentes diretas, de janela com janela, conferindo maior privacidade ao interior dos fogos ainda que contidos num espaço relativamente pequeno.

As alturas dos edifícios desenham uma primeira linha mais baixa, subindo depois um piso num segundo plano, permitindo uma concepção visual do espaço mais desafogada. Optou-se por não exceder os quatro pisos [R\C + 3] no ponto mais alto porque, *“o contacto significativo com os acontecimentos*

←
c1 Vista do pátio interior
Vista axonométrica da proposta



Disposição programática

- 1 Cafeteria
- 2 Instalações Profissionais [Serviços - Co-working]
- 3 Atelier de Tempos Livres p\ crianças
- 4 Sala de Condomínio
- 5 Lavandaria

Planta da Proposta | Piso Térreo
1:500

*do piso térreo só é possível a partir dos primeiros pisos de um bloco edificado. Entre o terceiro e o quarto piso observa-se uma diminuição vincada na habilidade de ter contacto com piso térreo”.*¹

¹ GEHL, Ian. *A vida entre edifícios*. Lisboa: Tigre de Papel\Ciclofórmula dos Anjos, 2017. p.98

Controlada a ambiência e as relações que organizam o espaço comum desta Casa, pretende-se agora expor o terreno à cidade, de modo a torná-lo mais permeável e activo na incorporação de fluxos exteriores. Para isso, propõe-se primeiramente a abertura de uma conexão com a Rua de Gonçalo Cristóvão na parte mais traseira, de modo a possibilitar passagens cruzadas e abrindo o terreno a entrada de novas pessoas.

E assume-se o programa como um dispositivo igualmente capaz de estimular interações e propiciar uma utilização integral das áreas:

— Coloca-se no centro do pátio um café, que se quer a funcionar como uma rótula social dinamizadora e integrante da população da Fontinha.

— Propõem-se áreas de actividade profissional porque estas tipologias têm inerentes empregos mais estáveis, o que significa que se criam rotinas e que todos os dias entra e sai o mesmo grupo de pessoas, propiciando relações de proximidade e não sendo tão invasivo para este espaço comum.

— Pensou-se também em reservar uma área para um pequeno Atelier de Tempos Livres para as crianças que habitam o espaço, dispondo em frente de um parque infantil onde possam brincar ao ar livre.

— Existe uma secção reservada a sala de Condomínio, mas que poderá ser apropriada para outros usos.

— No canto que teria à partida menos pessoas a circular coloca-se uma lavandaria porque, considerando que as habitações periódicas e temporárias não contemplam máquinas de lavar, a lavandaria partilhada traduz-se num ponto de encontro, promotor de contactos e relacionamentos e onde necessariamente haverá pessoas a circular, dinamizando esta área.

Orientados percursos e premeditados os movimentos que determinam linhas de dinamização dos espaços, interessa agora compreender a disposição dos acessos das várias tipologias de habitação. Antes de mais, estabeleceu-se que nenhuma das entradas seria feita à face da rua de modo a que o processo de entrar em casa, passasse necessariamente por entrar também no espaço comum.

Na habitação permanente, existem duas entradas, uma mais a norte e outra mais a sul que, decorrentes da implantação do edifício, se localizam na primeira linha de acesso ao terreno. Pela necessidade de maior privacidade comparativamente com as outras tipologias, definiu-se que o acesso vertical múltiplo seria o que mais se adequaria, ao possibilitar o desenvolvimento de uma entrada mais privativa, dividida por pisos, cujos espaços comuns se abrem a um número reduzido de apartamentos [entre 2 e 3].

Em contraponto, o acesso à habitação periódica é feito pela parte mais traseira, através de uma galeria que faz uso da grande parede de meação do



C2

terreno. A ideia partiu da vontade de transformar este elemento, de grande impacto no projeto e de difícil resolução, numa peça activa nas dinâmicas internas desta Casa Comum.

Assim, pensou-se nesta parede como um dispositivo activo, de onde nascem degraus que desenham as escadas que dão acesso a uma só galeria comum que, por sua vez, distribui a entrada em vários níveis a todos os fogos desta tipologia. O resultado é uma estrutura leve que sobrevoa uma zona ajardinada no piso térreo, de onde saem uma lâminas que vão privatizando a entrada em cada fogo, que podem também ser utilizadas como varandas.

A decisão de propor uma só galeria advém por um lado da concentração da circulação de todos os habitantes em dois planos [piso térreo e galeria] activando um espaço à partida segregado; por outro lado porque confere uma ambiência mais exposta e menos densa, permitindo uma melhor penetração da luz solar até ao piso térreo. Considerou-se também que esta tipologia de acesso seria a mais interessante para a habitação periódica, por propiciar cruzamentos diários e ambientes mais comuns.

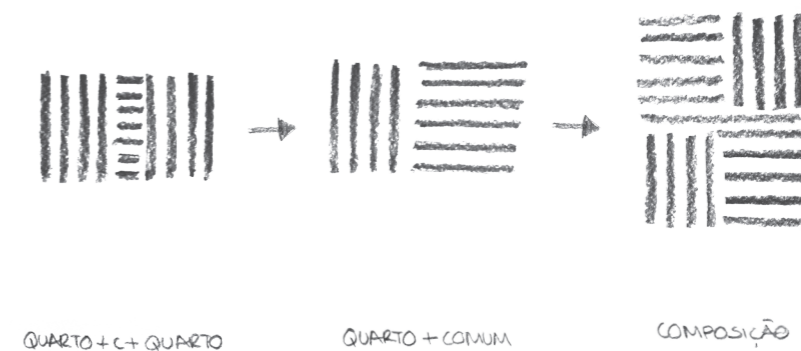
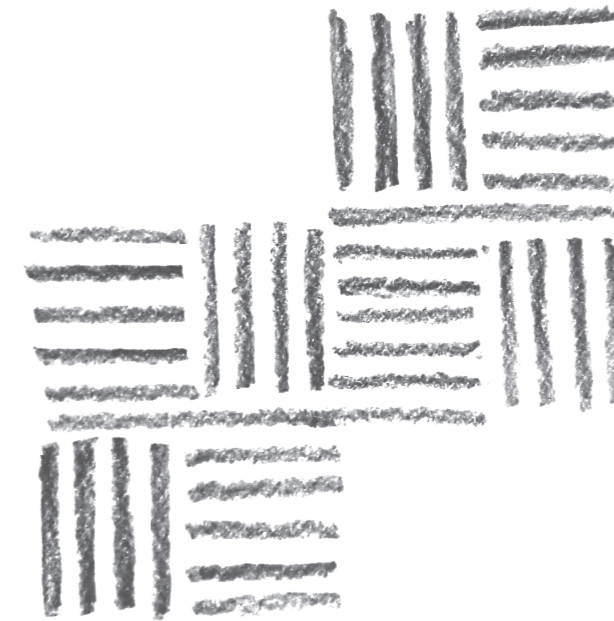
Por último, a entrada nas habitações temporárias é feita por acesso directo, em pequenos núcleos de quartos que embora tenham áreas comuns, refletem uma vivência mais autonomizada. O acesso a cada núcleo parte de um percurso marcado por momentos de tensão e amplitude, evocando nos estreitamentos a ideia do corredor da antiga ilha que distribui os acessos às diferentes habitações.

Explicado o espaço exterior, entra-se agora dentro de cada tipologia.

De modo a estruturar coerentemente o espaço, foi desenvolvida uma lógica de organização espacial facilmente adaptável às necessidades e especificidades de cada tipologia. Em moldes gerais, pretende-se a integração e a miscigenação dos espaços sem um zonamento funcional que separe áreas puramente privadas e áreas comuns. O resultado é um esquema que propõe uma distribuição homogénea de ambas as esferas, sendo que para cada área privada, deverá haver uma área comum adjacente.

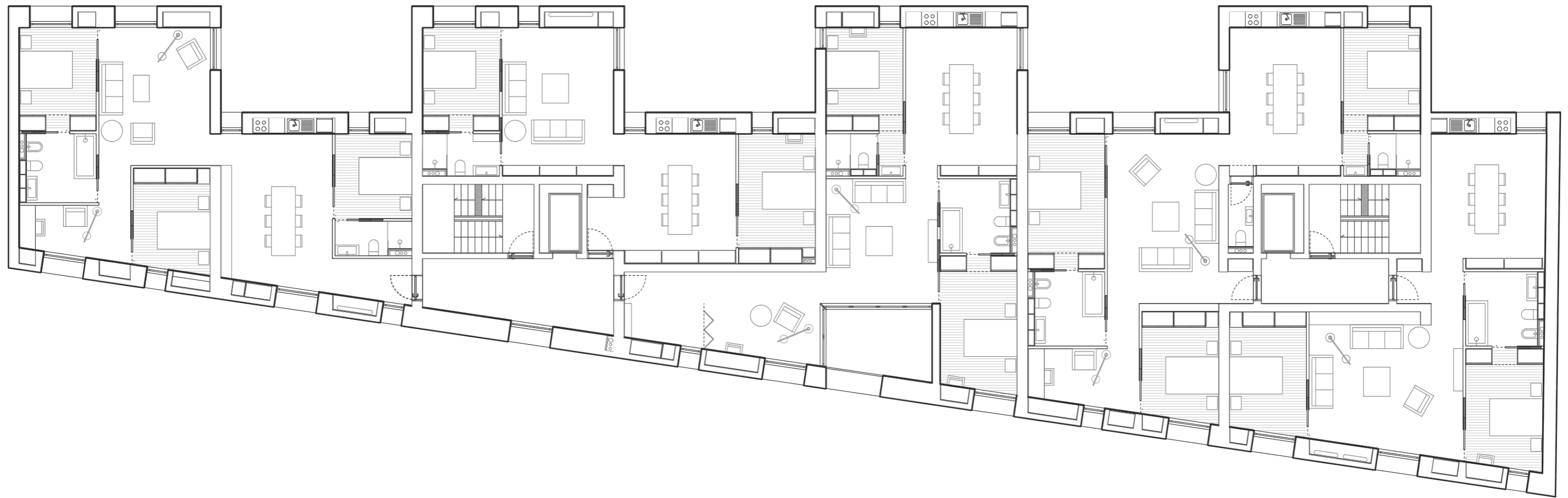
Utilizando a medida de um quarto [3m x 4m] como unidade de referência, decidiu-se que a função do espaço é definida pela apropriação ou não das áreas de circulação envolventes de cada unidade, ou seja, um quarto terá a dimensão de uma unidade e um espaço comum terá a dimensão de uma unidade mais a área de circulação que os separa.

Tentando entender as dinâmicas sociais que se podem estabelecer nesta lógica, propõe-se agora pensar nos espaços de acordo com o seu grau de sociabilidade. Concebem-se as áreas privadas como espaços introvertidos - voltados para si próprios, são células que se podem fechar [quartos] - e em oposição existem espaços extrovertidos - de vida comum [estar, comer, cozinhar], espaços abertos sem portas, paredes ou elementos que os possam enclausurar.

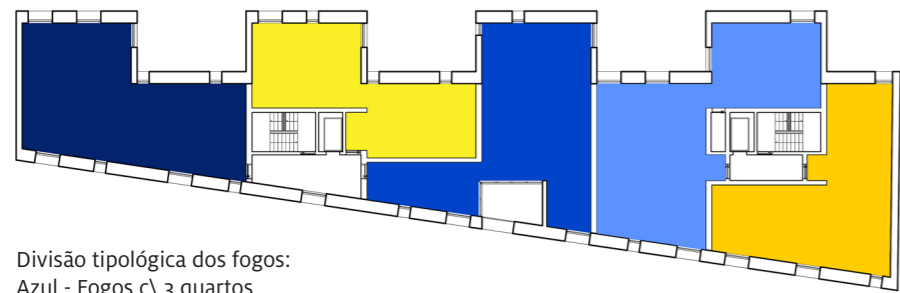


←
c2 Vista da galeria de acesso à
Habitação Periódica

Habitação Permanente



Piso 2
1:150



Divisão tipológica dos fogos:
Azul - Fogos c\ 3 quartos
Amarelo - Fogos c\ 2 quartos

1:500

Módulo da Habitação Periódica

Considerando que para cada área privada deverá haver uma área comum adjacente, torna-se necessária uma articulação espacial definida por uma lógica diagonal para que os espaços extrovertidos sejam definidos pelas paredes dos espaços introvertidos.

Cria-se assim um ritmo em que cada espaço comum verte no próximo, estimulando uma fluidez de circulação, ainda que mantendo a definição espacial de cada unidade. Por sua vez, os espaços privados pontuam esta estrutura fluida enquanto células individuais porque o que se pretende é uma possibilidade de privacidade, integrada na valorização e estimulação da vida partilhada.

Este esquema pretende ser apenas um orientador de relações espaciais para que se desenvolva uma coerência geral de projeto, transversal a todas as tipologias.

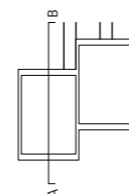
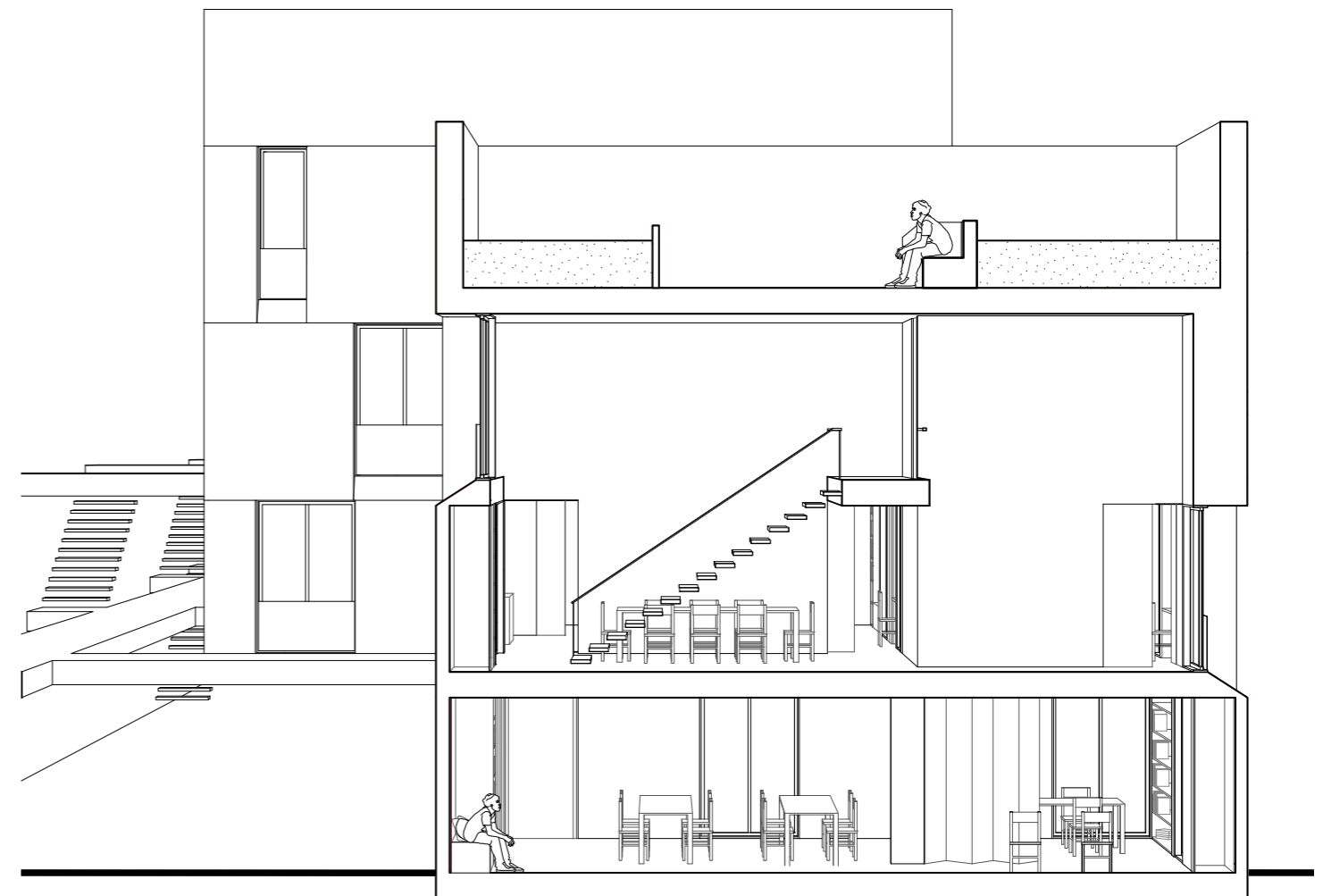
Propõe-se começar a leitura dos fogos pela habitação permanente. Deve, antes de mais, ser tido em consideração que, devido à morfologia irregular do edifício, os fogos não se desenvolvem todos da mesma forma, mantendo ainda assim uma lógica estrutural comum. Por isso, em vez de analisar um apartamento individual, será exposta a concepção espacial que se reflete em qualquer um dos fogos.

O edifício foi pensado para albergar maioritariamente agregados familiares, sendo por isso constituído por tipologias T2 e T3, que se desenvolvem em 'simplex' de modo a responder a todas as necessidades de acessibilidade a longo prazo.

Tendo em consideração a lógica inicial, os espaços comuns foram pensados como fluidos, com linhas de visibilidade cruzadas. Os quartos abrem-se diretamente para estes espaços, rescindindo de um momento de transição porque, atendendo a que se trata de uma família, a intenção era criar um ambiente mais comunicativo e um sentido familiar mais forte. Por sua vez, o acesso à casa de banho procura ser mais íntimo, pelo que se dispõe muitas vezes de um acesso direto através do quarto ou por zonas um pouco mais reservadas.

Embora a tipologia permanente seja a que mais impõe uma hierarquização dos espaços é, simultaneamente, a que necessita de uma maior capacidade de adaptação ao longo do tempo. Assim, estabeleceram-se elementos estáveis que organizam áreas possivelmente mutáveis.

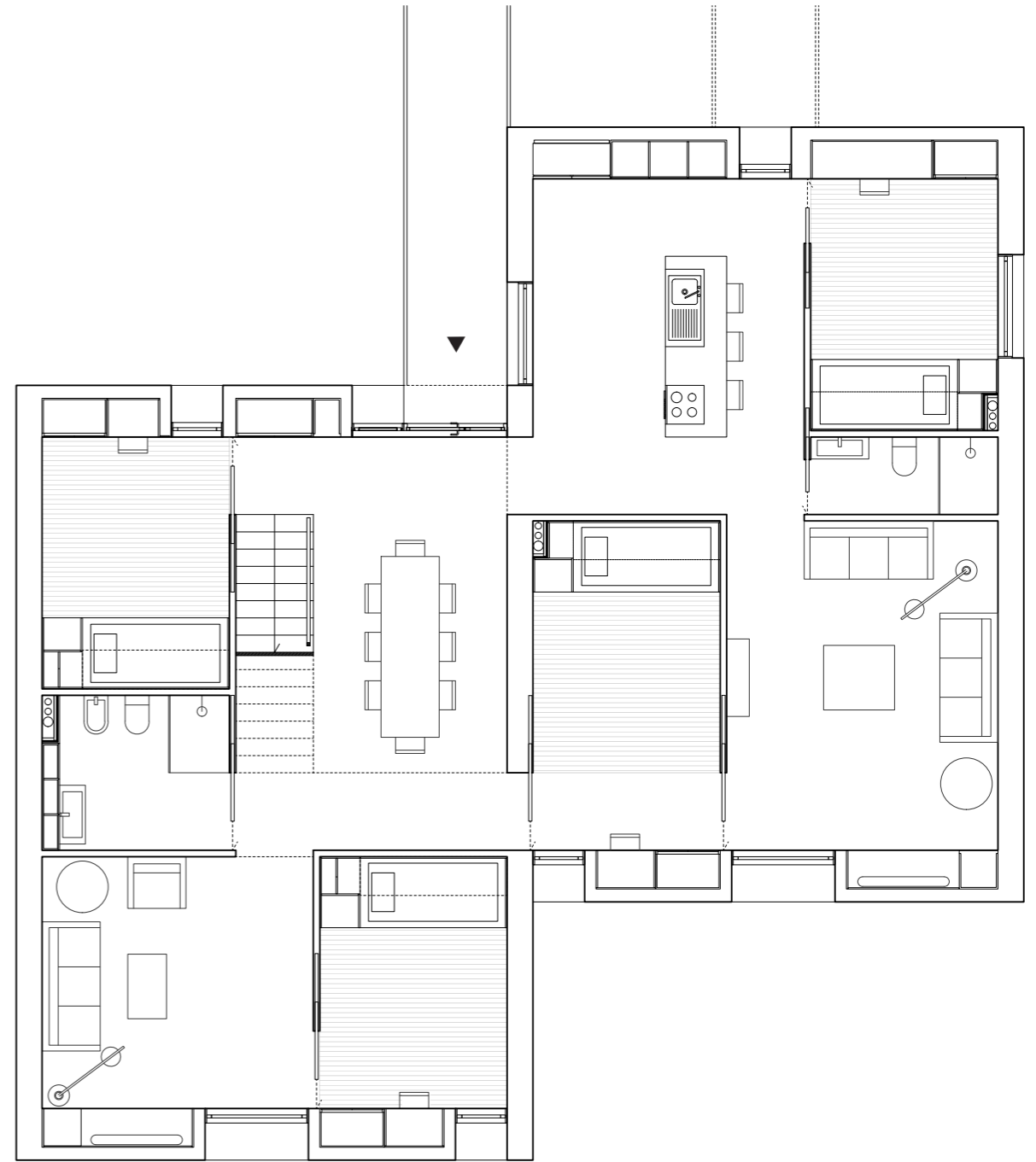
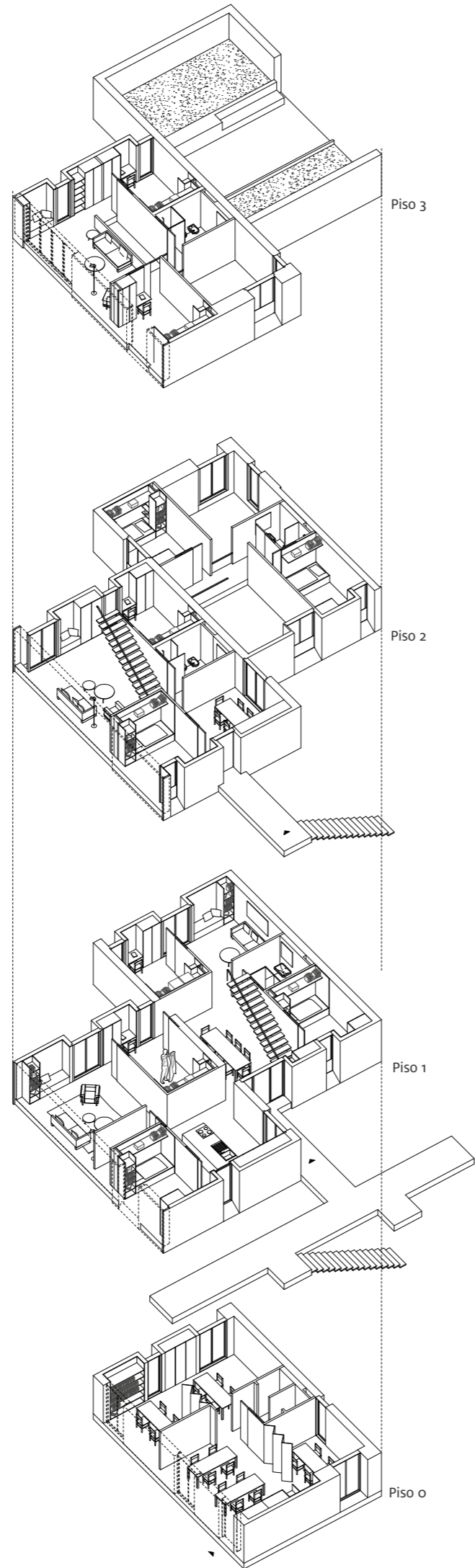
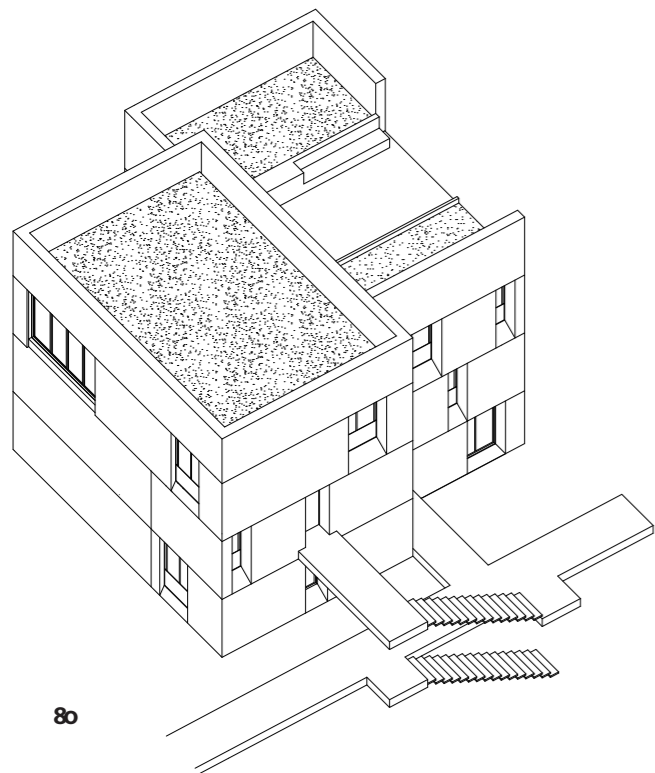
Por elementos estáveis consideram-se dispositivos presumivelmente úteis ao longo do tempo, que, independentemente da fase da vida, serão sempre necessários - por exemplo, um espaço de entrada que faça a transição entre o exterior e o interior, uma cozinha, casas de banho, ou, a uma escala mais próxima, armários ou estantes. Utilizaram-se estes elementos como organizadores do espaço interior para que, na hipótese de uma metamorfose de funções, os espaços não percam a sua definição. Por exemplo, se for pretendida a extensão de uma sala, existe, na lógica explicada acima, sempre um quarto ao qual se podem retirar as paredes. Fazendo usos de um



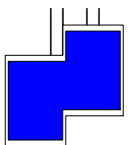
←
Esquema base da lógica de
organização espacial

Módulo da Habitação Periódica
Corte AB
1:100

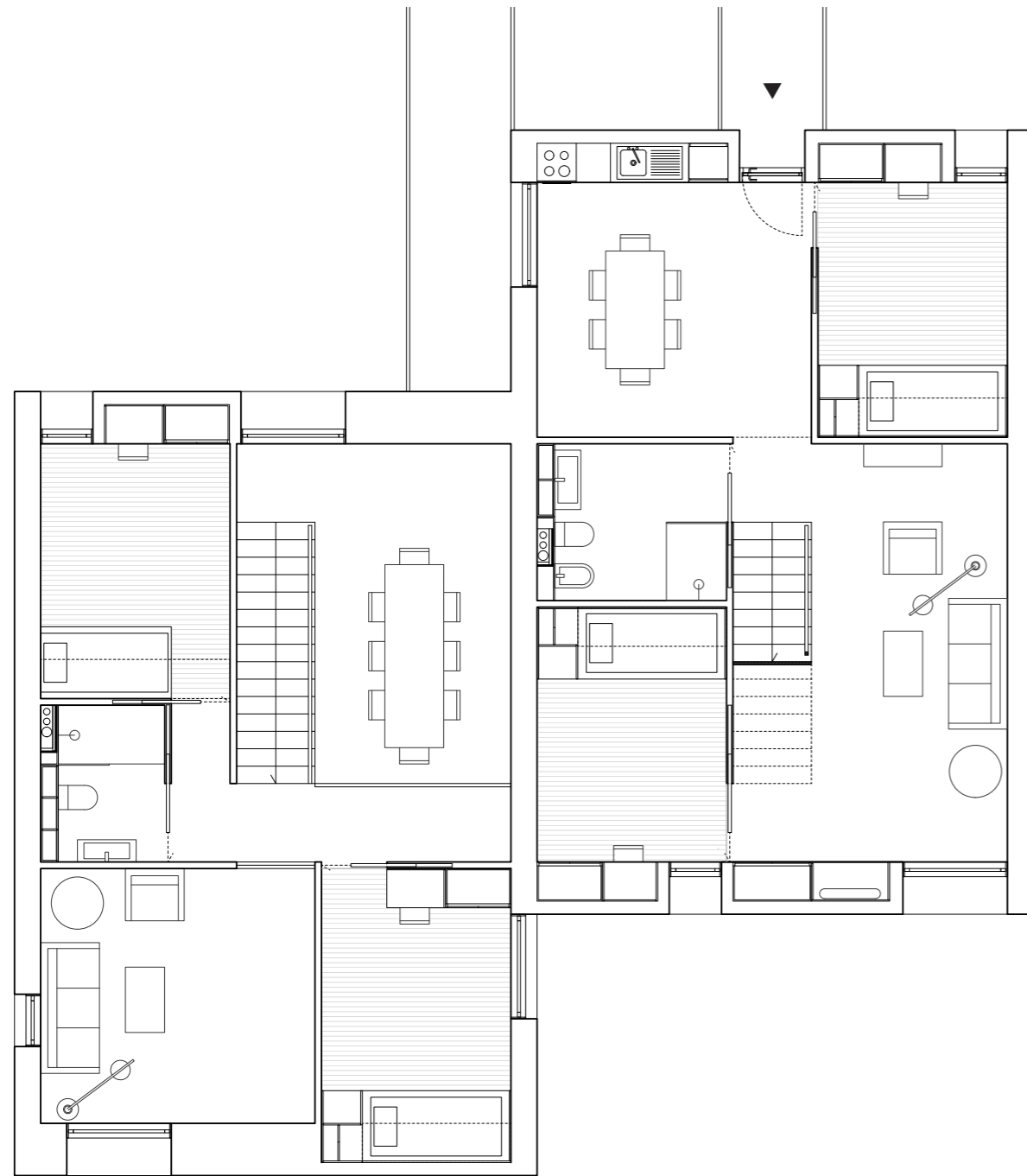
Módulo da Habitação Periódica



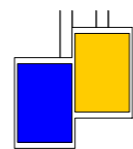
Piso 1
1:100



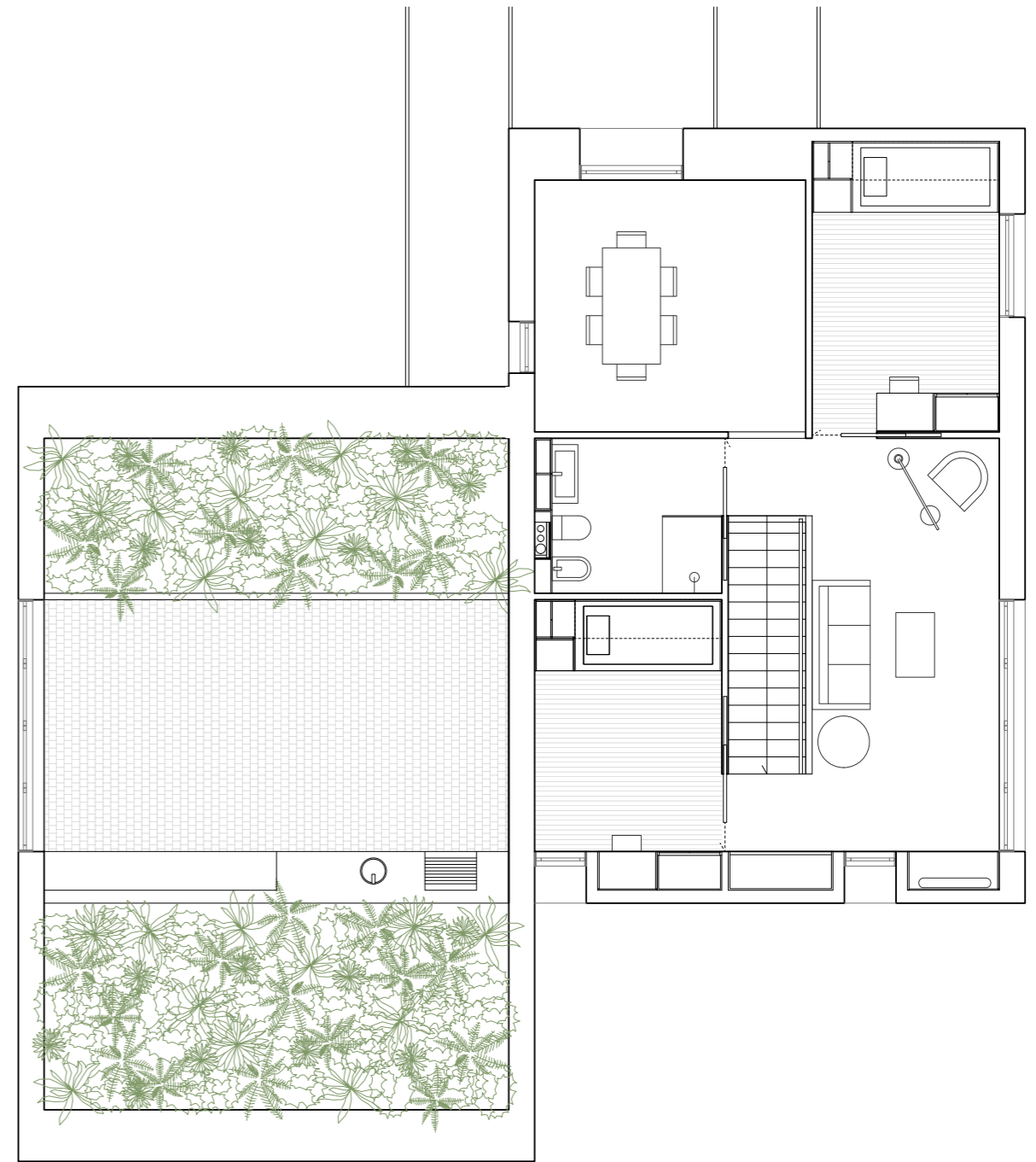
Divisão do módulo
por fogos



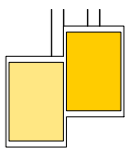
Piso 2
1:100



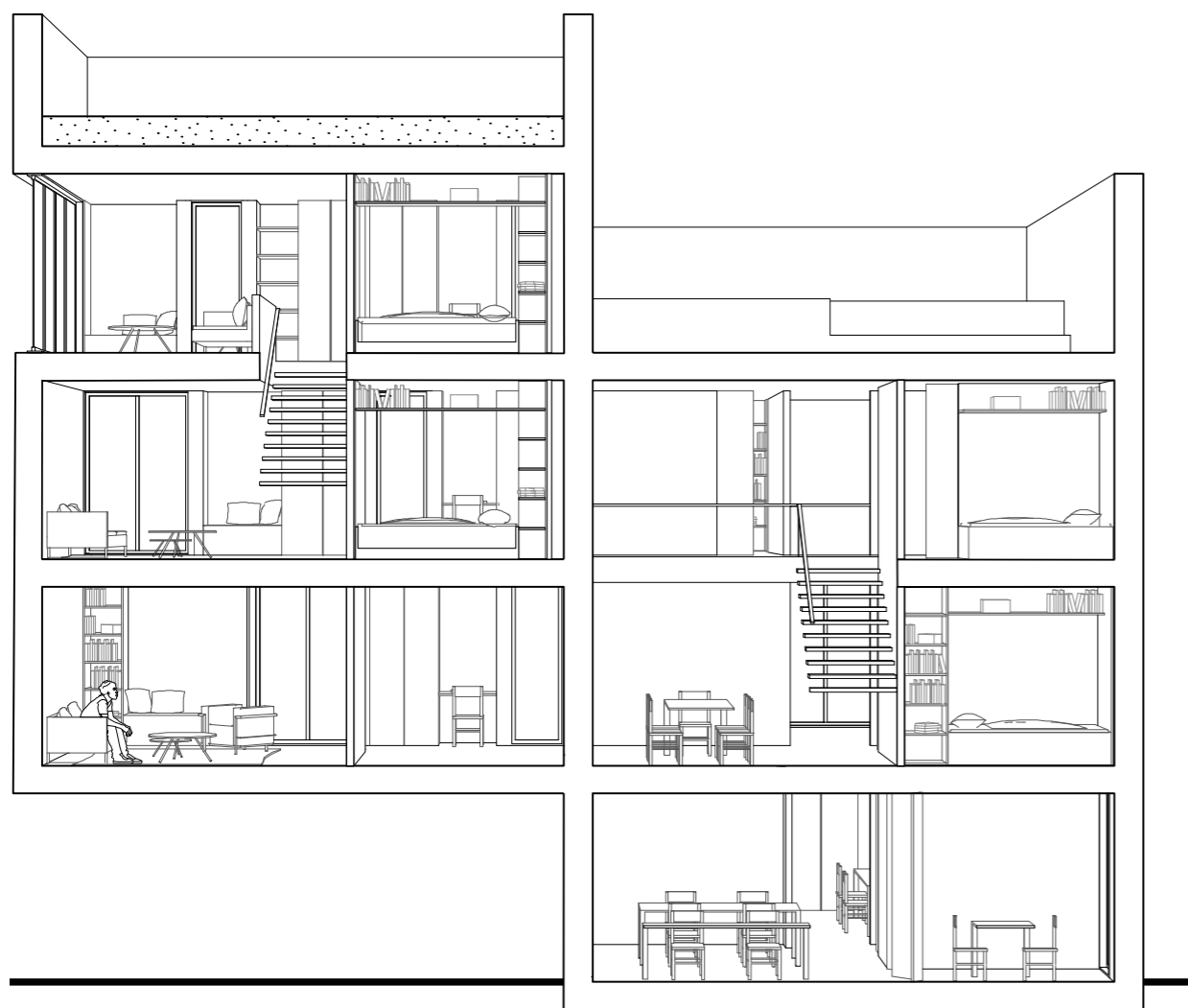
Divisão do módulo
por fogos



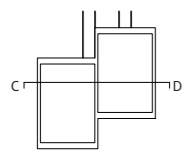
Piso 3
1:100



Divisão do módulo
por fogos



Módulo da Habitação Periódica
Corte CD
1:100



destes dispositivos fixos, não elimináveis, consegue-se que, embora haja a possibilidade de um espaço mais amplo, se mantenha ainda assim uma lógica de diagonais visuais que organiza e dá escala a todo o espaço da casa.

No caso da habitação periódica, o pressuposto era desenvolver um tipo de habitação que se adaptasse à vivência conjunta de pessoas que não se conhecem à partida.

Definindo uma tipologia em 'duplex', com seis a quatro quartos por fogo, procurou-se perceber quais seriam os limites necessários do espaço privado e o que poderia ser partilhado de modo a incentivar a interação entre todos os moradores.

Seguindo a lógica estrutural definida no início, todas as funções que pudessem ser partilhadas foram mantidas para uso comum, e, de modo a criar uma atmosfera mais dinâmica, os quartos foram distribuídos homogeneamente pelo apartamento e em diferentes pisos promovendo circulações cruzadas e uma utilização integral do espaço do fogo.

Desenhou-se um conjunto de espaços comuns, todos com áreas semelhantes mas com diferentes escalas de acordo com o pé direito, proporcionando diversas atmosferas de convívio. Por exemplo, na zona da entrada definiu-se um ponto central de reunião com uma grande mesa, em que o pé direito duplo, que se estende para uma das salas de estar, incentiva a relações espontâneas horizontais e verticais. Existem, em contrapartida, outros espaços de estar, mais recolhidos e com pés direitos simples, que oferecem alternativas para encontros mais íntimos.

Atendendo a que os habitantes desta tipologia a habitam numa condição relativamente provisória, definiu-se uma uniformização dos quartos e propôs-se mobiliário fixo para maior estabilidade do espaço a longo prazo.

Em ambas as tipologias descritas, os fogos do último piso têm acesso a uma área exterior na cobertura.

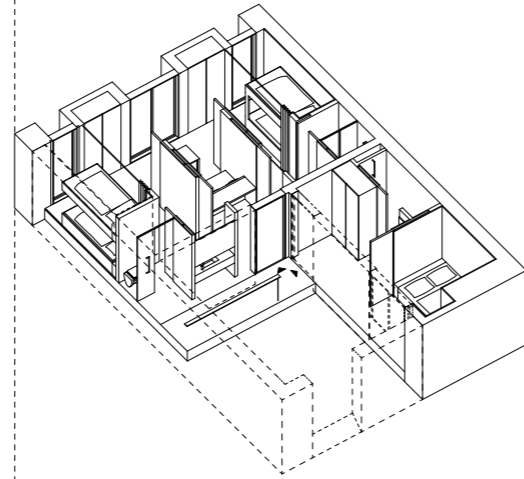
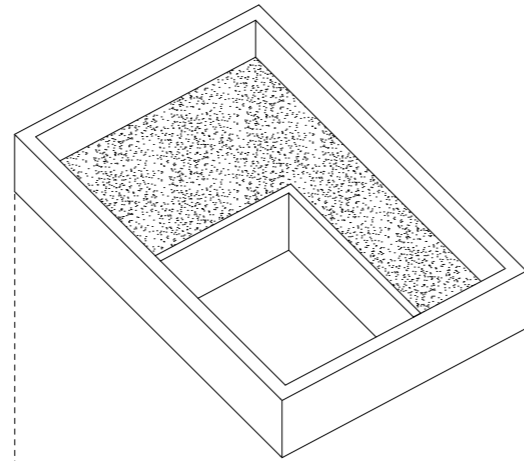
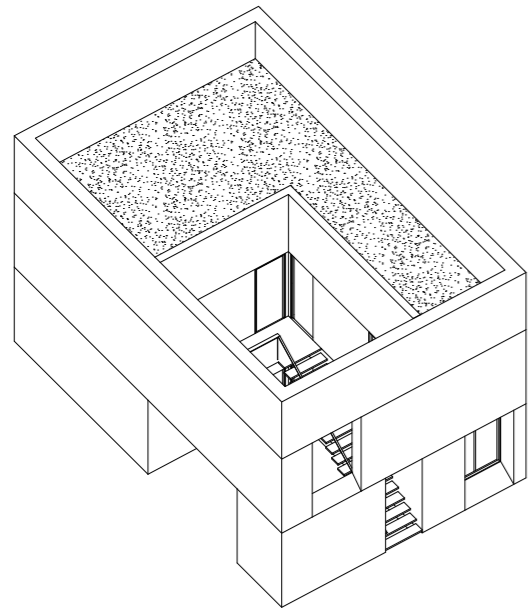
Por fim, a habitação temporária foi pensada para acomodar maioritariamente turistas. Existe um edifício de recepção, com áreas comuns de estar, comer e cozinhar, que conforma a entrada no jardim onde são colocados os módulos de dormir.

O módulo base oferece dois tipos de quarto, um mais íntimo para um casal, e um de partilha. O quarto para partilhar divide-se em duas unidades, com um beliche e casa de banho cada uma, unidas ao centro por um espaço comum. A ideia é que possam ser individualizadas se necessário, ou utilizadas em conjunto para grupos maiores.

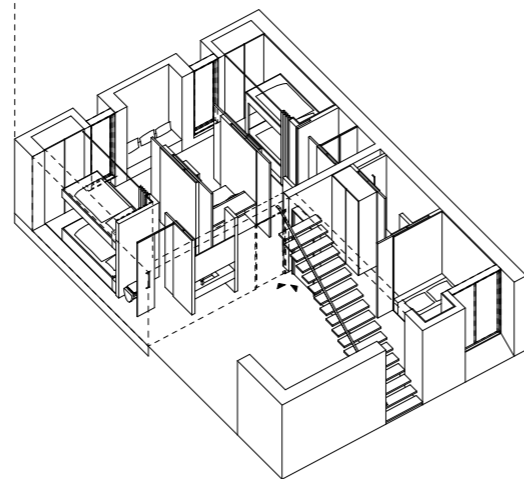
Com este projeto procurou-se explorar as relações entre os domínios público, comum e privado, tanto nas dinâmicas internas de cada fogo como nas dinâmicas externas que se desenvolvem na relações entre os edifícios que compõem o projeto.

→
c3 Vista do pátio da zona da
Habitação Temporária

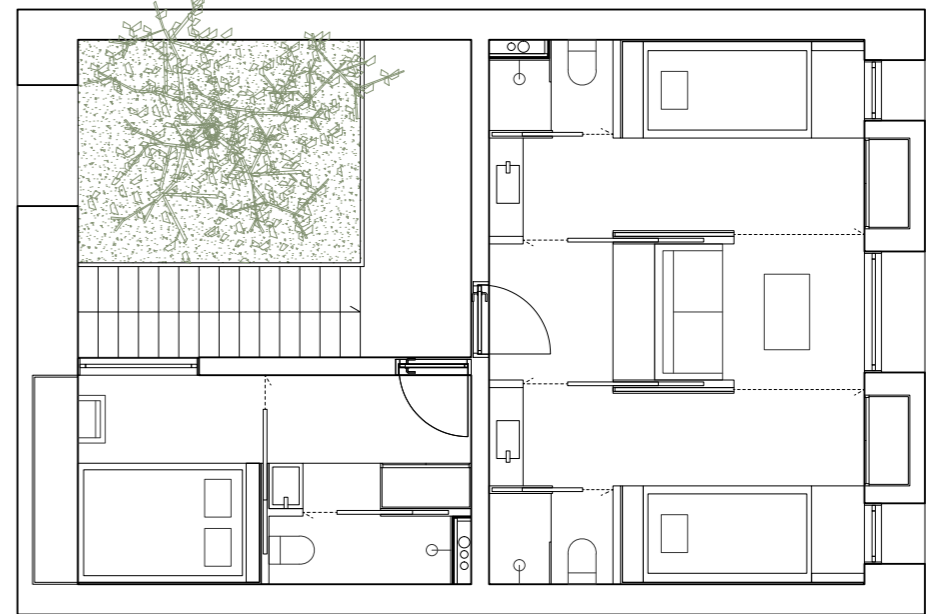
Módulo da Habitação Temporária



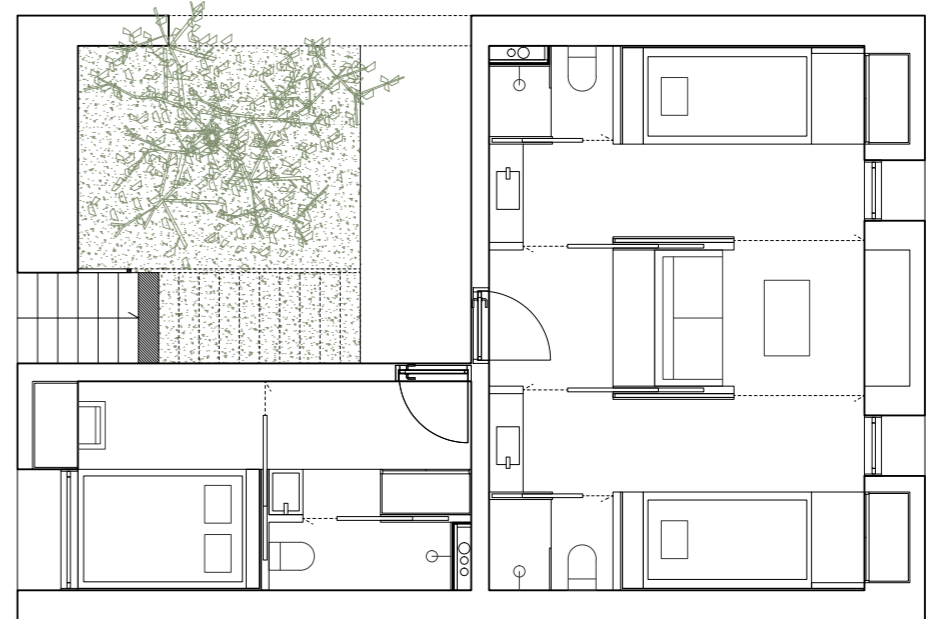
Piso 1



Piso 0



Piso 1
1:100



Piso 0
1:100



83

“Através do projecto, foi possível ao arquiteto idealizar, imaginar e conceber realidades urbanas variadas e comunicá-las. Idealistas, utópicas, realistas, conceptuais - as cidades experimentaram diferentes formas de existir, necessitando sempre de se reinventar e assegurar a sua continuidade. Por isso, o ato de projetar teve e terá um importante papel analítico e propositivo, auxiliando o pensamento e influenciado o futuro da cultura urbana.”¹

Habitar no centro do Porto

Considerações Finais

Num momento em que a cidade e a sociedade se encontram em plena metamorfose, assumiu-se a presente dissertação – este último momento de índole académica - como uma oportunidade de experimentação, de crítica, de ensaio e de esboço de uma atitude de intervenção que, no âmbito da arquitetura, pudesse propor uma resposta às distrofias habitacionais emergentes no Porto.

O processo que aqui se materializou é o culminar de uma experiência empírica e da confrontação entre o Porto e as vivências que tive em outras cidades - em Santiago do Chile, ao abrigo de um programa de mobilidade, e em Berlim, num primeiro contacto com a prática profissional através de um estágio - onde se configuraram algumas inquietações quanto às fracturas criadas pela elevada densidade populacional, à dificuldade de acesso à habitação daí decorrente, e quanto ao impacto da crescente transitoriedade da população nas relações humanas e na urbanidade destas cidades.

Este acumular de experiências, em Santiago e em Berlim, resultaram numa tomada de consciência do potencial e da qualidade de vida que o Porto contém e na necessidade de refletir sobre a evolução recente da cidade, ditada pela sua crescente visibilidade internacional como melhor destino turístico europeu e pelos consequentes fluxos sociais e económicos emergentes que se têm vindo a mostrar provocadores de transformações economicamente benéficas mas socialmente nocivas e segregadoras. Considerou-se, por isso, urgente uma ponderação crítica e despertadora de formas de intervenção que visem um crescimento prospectivo e valorizador da cultura e dos habitantes do Porto.

Perante o influxo crescente de pessoas e a constatação do progressivo afastamento entre autóctones e alóctones, a noção de Casa Comum, como conceito estruturante desta dissertação, surge como reflexo de uma vontade de encarar esta experiência de projeto como um ensaio para um processo provocador e promotor de relações sociais, capaz de fortalecer um sentido de comunidade e de fomentar a dimensão existencial dos habitantes como um axioma que se considera fundamental para o crescimento saudável do Porto.

Neste sentido, o projecto que aqui se propôs nasce como tentativa de articulação das problemáticas locais de um bairro específico, a Fontinha, com os novos fluxos emergentes na cidade, procurando conciliar dissonâncias de quotidiano e de ocupação temporal, dissolvendo as fronteiras e a impermeabilidade dos hábitos e das actividades das pessoas que habitam este território em diferentes níveis de permanência.

Partindo de uma abordagem de projecto que se pretende nevrálgica, contaminante e impulsionadora de uma reactivação do território da Fontinha, houve um processo prévio de aproximação e entendimento da área de estudo que sustentou e deu volume à componente projetual. Oscilando entre leituras

¹ FERREIRA, Carolina. *Fernando Távora e o projeto do espaço urbano português*. in *Sobre o Projeto-de arquitetura de Fernando Távora*. Porto: FIAJMS, 2013. p.37

fluidas, decorrentes de deambulações pelo bairro e de conversas informais com os seus habitantes; e outras aproximações mais metodológicas e estruturadas, de análise morfológica e social do território, onde o entendimento das continuidades e rupturas, das dissonâncias e da atmosfera bairrista da Fontinha se foi consolidando e tecendo um argumento e um realismo programático ao projeto que depois se veio a propor.

Esta investigação materializou-se então num conjunto habitacional que se pretendeu sensível ao local, às formas de ocupação e à memória coletiva e atmosférica da envolvente; mas assumindo paralelamente um carácter experimental, propositivo de uma nova ambiência e de novos habitantes para o Bairro da Fontinha, promovendo a heterogeneidade de modos de ocupação temporal e espacial para o desenvolvimento de uma atmosfera coesa, valorizadora da interação e da vida em comum e, ainda assim, respeitadora da privacidade e das necessidades de cada habitante.

O projeto dividiu-se programaticamente em três tipologias de habitação, na medida de três diferentes modos de ocupação: permanente, que tal como o nome indica, destina-se a pessoas que queiram viver na cidade a longo prazo; periódico, para quem vive numa condição mais transitória mas que ainda assim permanece por um período de tempo médio [estudantes\ jovens]; e temporário, que se destina a habitantes mais flutuantes [turistas].

A partir destes três universos contíguos, procurou-se explorar as relações entre os domínios público, comum e privado, desde os programas e dinâmicas que animam os espaços entre os edifícios que compõem o projecto até aos movimentos internos de cada fogo, promovendo relações visuais e percursos que contribuam para uma vivência integral do espaço e para o despertar de relações de proximidade e de vizinhança.

Na pretensão de potenciar a natureza social dos espaços, os momentos de convergência ou divergência entre os diferentes modos de ocupação foram também utilizados como instrumentos de mediação entre as várias experiências habitacionais.

Perante o pressuposto de ensaio de três tipologias de habitação, tornou-se necessário o desenvolvimento de uma lógica de organização espacial que, sendo susceptível a adaptações, estruturasse uma proposta de conjunto coesa e unificada. Em moldes gerais, determinou-se a integração e miscigenação dos espaços que, sobretudo no interior dos fogos, procuraram evitar um zoneamento funcional que separasse áreas puramente privadas e áreas comuns. Nesta lógica, desenvolveu-se uma estrutura de distribuição homogénea de ambas as esferas, em que cada espaço privado se abre diretamente para um espaço comum adjacente, oferecendo deste modo uma possibilidade de privacidade, integrada na valorização e estimulação da vida em comum.

Apoiando-se nesta lógica, cada tipologia procurou apropriá-la às necessidades, especificidades e pretensões de habitabilidade que se desejou desenvolver para cada modo de ocupação – permanente, periódico ou temporário.

Como substrato fertilizador deste conceito, e dando voz à minha experiência em Berlim, fez-se uma breve interpretação dos *Baugruppe*, como referência de experimentações habitacionais que dão primazia à inclusão social e à promoção de um sentimento de pertença e de comunidade, como forma de enfrentar o problema da esterilização e anonimização das relações sociais na cidade.

Caracterizadas por concretizar projectos de carácter polifuncional, estas iniciativas destinam-se primariamente à habitação própria para residência a longo prazo, propiciando atmosferas e bairros mais estáveis, que não visam a especulação, mas que são ainda assim impulsionadores de novas concepções de habitação e de valorização da vida em comum. Cada intervenção, além de responder às necessidades dos proprietários-residentes, é também encarada como uma acção com reverberações urbanas, alimentadora de experimentações futuras, expondo problemas e propondo soluções críticas e activas a diferentes escalas urbanas.

Esta perspetiva propicia um desenvolvimento da cidade mais consciente e integrativo das necessidades e desejos da sociedade que a habita. Considerando que a cidade é um organismo vivo, que se rescreve e transforma ao sabor de novos impulsos e necessidades, encara-se também este projeto como uma oportunidade de lançar novas ideias, que mais do que dar uma solução fixa pretendem expor pensamentos e sugestões que possam promover discussões, acções e experimentações futuras que valorizem a noção de espaço partilhado e as relações humanas como fundações da construção da "Casa Comum" que deve ser a cidade.

Assim, este conceito surge de uma vontade de fazer da cidade uma casa que é de todos, de pensar no espaço urbano como um espaço comum e integrador, como um tecido de relações onde surge a habitação como a célula mais íntima, de pequena escala mas de maior significância na concepção e desenvolvimento de atmosferas urbanas. É no espaço da habitação que se tomam os primeiros passos para a vida em comum, é neste palco do quotidiano que se definem sentimentos, práticas, hábitos, lógicas e significados que hão-de ditar posturas e relações humanas no exterior. A habitação é, portanto, além de um local de residência, também um construtor de identidade, e assim sendo, acredita-se que ao fazer um projeto de habitação se está também a intervir na escala urbana, nas dinâmicas e no tecido relacional global da cidade. A Casa Comum torna-se, por isso, não só um projeto-casa, mas igualmente um projeto-bairro e um projeto-cidade.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel; *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

CURTIS, William. *Memória e Criação: O Parque e o Pavilhão de Ténis de Fernando Távora na Quinta da Conceição 1956-60*. em *Fernando Távora Modernidade Permanente*. Guimarães: Associação Casa da Arquitetura, 2012.

COSTA, Alexandre Alves, *Edifícios-Torre: O Porto em Altura in Porto 1901-2001: Guia de Arquitectura Moderna*, Porto: Porto 2001, 2001.

DOMINGUES, Álvaro. *Turismo on FIRE*. em *Electra* N^o3, Setembro 2018.

DOMINGUES, Álvaro. *Património: a construção do comum in Porto património mundial: 20 Anos, 20 Imagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016.

EYCK, Aldo van. *Is architecture going to reconcile basic values?* em *Collected articles and other writings*. Amsterdão: SUN, 2008.

GUICHARD, François. *O Porto no século XX*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, p.526-537

FORTUNA, Carlos. *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

GEHL, Ian. *A vida entre edifícios*. Lisboa: Tigre de Papel\Cicloficina dos Anjos, 2017.

GILMAN, Rui. Tornos. *Uma escatologia Turístico-Patrimonial*. em *Punkto*, ed #5 Inverno - Charlie Hebdo, 2015.

GUERRA, Paula. *Elementos para a redefinição de um objeto de estudo complexo: o caso da zona oriental portuense*. em *Atas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*, 2004.

MAGALHÃES, Maria Madalena Allegro de. *Aspetos da Industrialização no Porto*. em *VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Instituto de Geografia da FLUP, 1992.

MARQUES, H. et al. *Porto, Percursos nos espaços e nas memórias*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

MENDES, Manuel. *Baixa Portuense – Pura Representação in Porto 2001: regresso à Baixa*. Porto: Faup Publicações, 2000

PINTO, Jorge Ricardo. *O Porto Oriental no Final do Século XIX. Um Retrato Urbano*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

PORTAS, Nuno; *Os tempos das formas*. Guimarães: DAAUM, 2012.

PEREIRA, Virgílio Borges. *A Política de Habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto Contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica*. em SANTOS, Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2001.

ROSSI, Aldo. *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier - Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge, 1996.

SÉREN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. *O Porto Oitocentista*. em RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto* (3a ed.). Porto: Porto Editora, 2001.

SILVA, Célia Taborda. *A alteração do espaço e quotidiano cidadão: o Operariado do Porto Oitocentista*. Porto: Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução No12, 2013.

SOLÁ-MORALES, Manuel. *Spazio, Tempo e Città em Lotus Internacional*. Milão, 1998.

TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação Popular na cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 1996.

Lista de imagens

[Introdução]

i.1: <https://flashbak.com/the-view-from-my-window-andre-kerteszs-views-of-new-york-417395/andre-kertesz-window-views-02> [2019-09-25]

i.2: Arquivo pessoal;

[Cidade e Circunstância]

i.1: Arquivo pessoal;

i.2: Arquivo pessoal;

i.3: Arquivo pessoal;

[O sentido do Coletivo]

i1: <https://www.studocu.com/es-ar/document/universidad-de-buenos-aires/arquitectura-ii/apuntes/aldo-van-eyck-circo-1996-037/4555409/view> [2019-09-25]

i2: https://www.archdaily.com.br/br/801307/bigyard-zanderroth-architekten/57af5cc4e58eceb99b0001eb-bigyard-zanderroth-architekten-site-plan?next_project=yes [2019-09-25]

i3: https://www.archdaily.com.br/br/801307/bigyard-zanderroth-architekten/57af59e4e58eceb99b0001e1-bigyard-zanderroth-architekten-photo?next_project=yes [2019-09-25]

i4: <https://www.archdaily.com.br/br/801307/bigyard-zanderroth-architekten/57af5a20e58ecebdd3000076-bigyard-zanderroth-architekten-photo> [2019-09-25]

i5: https://www.archdaily.com/587590/coop-housing-project-at-the-river-spreefeld-carpaneto-architekten-fatkoehl-architekten-bararchitekten/54b73305e58ece61b9000026-18_coop_sfb_49_option_space_carpenter-jpg?next_project=no [2019-09-25]

i6: https://www.archdaily.com/587590/coop-housing-project-at-the-river-spreefeld-carpaneto-architekten-fatkoehl-architekten-bararchitekten/54b73317e58ecee5db000028-16_coop_sfb_32_view_from_south_courtyard_printed_-jpg?next_project=no [2019-09-25]

i7: https://www.archdaily.com/587590/coop-housing-project-at-the-river-spreefeld-carpaneto-architekten-fatkoehl-architekten-bararchitekten/54b7330ce58ecea3b4000037-12_coop_sfb_37__privat_flat_vertical_garden_a4-jpg?next_project=no [2019-09-25]

[O sentido do Lugar]

i.1: Arquivo pessoal;

i.2: Arquivo pessoal;

i.3: Arquivo pessoal;

i.4: Arquivo pessoal;

i.5: Arquivo pessoal;

i.6: Arquivo pessoal;

[O sentido do Tempo]

i1:<https://www.ivam.es/en/exposiciones/lost-in-the-city-urban-life-in-the-ivam-collection/> [2019-09-25]

i2 Ilha do Porto 1960 – Arquivo Municipal do Porto [2019-09-25]

i3 Ilha do Porto na Travessa das Antas 1960 – Arquivo Municipal do Porto [2019-09-25]

i4 Fotografia Aérea da Cidade do Porto: 1939-1940; Fontinha - Fábrica Social, Arquivo Municipal do Porto: Fiada 20 nº445 [2019-09-25]

i5 Fotografia Aérea da Cidade do Porto: 1939-1940; Fontinha - Rua de Gonçalo Cristóvão Arquivo Municipal do Porto: Fiada 20 nº443 [2019-09-25]

i6 Plano Diretor da Cidade do Porto 1962 Arquivo Municipal do Porto: Fiada 20 nº443 [2019-09-25]

[Em busca de uma Casa Comum]

e1: Esquisso da autora

c1: Colagem da autora

c2: Colagem da autora

c3: Colagem da autora